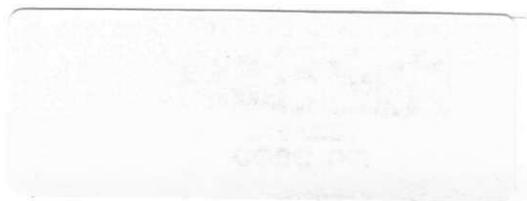


**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL E REGIONAL**

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA DE TRABALHO
RURAL PARAIBANA NO PERÍODO 1960-1991**

EUNICE FERREIRA

**Campina Grande
2000**



A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA DE TRABALHO RURAL
PARAIBANA NO PERÍODO 1960-1991

EUNICE FERREIRA

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA DE TRABALHO RURAL
PARAIBANA NO PERÍODO 1960-1991

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Economia Rural e Regional da Universidade Federal
da Paraíba - Campus II, em cumprimento às
exigências para a obtenção do Grau de mestre

Orientador: Prof. Ms. João Otávio de P. Barros Júnior

Campina Grande - PB
2000



F383p Ferreira, Eunice.
A participação feminina na força de trabalho rural paraibana no período 1960-1991 / Eunice Ferreira. - Campina Grande, 2000.
116 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Trabalho Rural Feminino - Paraíba (PB). 2. Dissertação - Economia Rural e Regional. I. Barros Júnior, João Otávio de P. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 331.423-055.2(813.3)(043)

EUNICE FERREIRA

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA DE TRABALHO RURAL
PARAIBANA NO PERÍODO 1960-1991

Aprovada em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Otávio P. Barros Júnior
Orientador

Examinador

Examinador

Com muito amor, à meu pai Domingos Alexandre
Ferreira (In memoriam) e às mulheres paraibanas
trabalhadoras do campo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que tenho como uma força superior e que tem estado presente em todos os momentos de minha vida.

AO MESTRADO EM ECONOMIA RURAL, pela seleção do meu nome e confiança em mim depositada no decorrer do curso.

À CAPES e FAPESQ, pelo apoio financeiro durante a vigência do curso.

Ao Prof. João Otávio que com paciência soube me orientar me conduzindo nos momentos de dúvida e me estimulando com sabedoria não só na realização do trabalho como também na minha atividade profissional.

Ao meus colegas de turma, especialmente, Rejane, Felipe e Edmilson pelo companheirismo e força nos momentos difíceis durante o curso e fora dele.

Ao Prof. e amigo Lourenço, pela ajuda na organização desse trabalho.

À todos colegas da sala de Informática principalmente Nerize, Roseli e Jucelino que muitas vezes se dispuseram a me orientar no processo de digitação deste trabalho.

Aos amigos e funcionários dos mestrados de Economia e Sociologia: Neuma, Everaldo, Juanice, Rinaldo e Rosicler por estarem sempre prontos a me atender com carinho e paciência.

À FCC, o IICA e o FIBGE por terem me fornecido material bibliográfico e dados, sem os quais não teria realizado essa pesquisa.

A todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

Esse trabalho buscou mostrar a evolução da participação feminina na força de trabalho rural paraibana no período 1960-1991, considerando suas características e transformações como reflexo do processo de modernização da agricultura. A pesquisa baseou-se na interpretação e análise dos dados sobre mão-de-obra expostos nos Censos Demográficos pelo FIBGE. Consideramos de forma crítica o problema da subestimação desses dados, no que se refere ao trabalho feminino. Apesar disso, foram verificadas mudanças importantes no trabalho da agricultura paraibana a medida que houve uma queda da participação das mulheres nesse setor em face de um processo de mobilização entre outros setores (ensino e prestação de serviços) do meio rural paraibano. Tudo isso pôde ser comprovado, ao lado do grande crescimento da PEA feminina rural do estado no período, que foi basicamente promovido pelo setor terciário.

ABSTRACT

The purpose of this work is to describe women's role in the rural labour force in the state of Paraíba, northeastern Brazil, from 1960 to 1991 in the light of the agricultural modernization that has taken place during this period. The present research was based on the analysis and interpretation of data made available by the IBGE (Brazilian Institute of Ecography and Statistic) census. A critical study was conducted in view of the neglectfulness with which in view such data has been treated. Moreover, significant changes have occurred as a result of a decrease in women's participation in farming activities due to the modernization process that has been happening in the rural area. We this can be traced back to the influence of the employment sector (tertiary sector) that brought about an increase in women EAP (economically active population).

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRAT

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO.....15

CAPITULO 1 - A FORÇA DE TRABALHO FEMININA RURAL: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS.....21

1.1 Considerações Teóricas.....21

1.2 Considerações Metodológicas.....28

CAPITULO 2 - A PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NA FORÇA DE
TRABALHO PARAIBANA (1960-1991).....32

2.1 Evolução do Quadro Demográfico Paraibano.....33

2.2 Evolução da PEA Feminina Rural da Paraíba.....41

2.3 Taxas de Atividade Feminina Rural da Paraíba.....50

2.4 Conclusão.....60

CAPITULO 3 - A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO
RURAL PARAIBANA, SEGUNDO FATORES ESTRUTURAIS E INDIVIDUAIS..61

3.1 Fatores Estruturais.....61

3.1.1 Ocupações das mulheres rurais.....61

3.1.2 Condições de Trabalho.....75

3.1.2.1 Posição na ocupação.....75

3.1.2.2 Rendimento médio mensal.....81

3.1.2.3 Horas trabalhadas.....84

3.1.2.4 Contribuição à previdência.....86

3.2 Fatores Individuais..... 88

3.2.1 Idade	88
3.2.2 Estado Conjugal.....	94
3.2.3 Escolaridade.....	100
3.2.4 Números de Filhos.....	104
3.3 Conclusão.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
BIBLIOGRAFIA.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da condição de presença de pessoas de 10 anos ou mais no Brasil e na Paraíba (1960-1991).....	34
Tabela 1.1 - Evolução da condição de presença de pessoas de 10 anos ou mais por sexo na Paraíba (1960-1991).....	35
Tabela 1.2 - Evolução da condição de presença de pessoas de 10 anos ou mais por situação de domicílio na Paraíba (1960-1991).....	36
Tabela 2 - Evolução do total de mulheres rurais de 10 anos ou mais da Paraíba (1960-1991).....	37
Tabela 2.1 - Evolução do total de homens rurais de 10 anos ou mais da Paraíba (1960-1991).....	38
Tabela 3 - Evolução do total de mulheres urbanas de 10 anos ou mais da Paraíba (1960-1991).....	39
Tabela 3.1 - Evolução do total de homens urbanos de 10 anos ou mais da Paraíba (1960-1991).....	39
Tabela 4 - Evolução da participação de pessoas de 10 anos ou mais na PEA da Paraíba (1960-1991).....	42
Tabela 4.1 - Evolução da PEA feminina total da Paraíba (1960-1991).....	43
Tabela 4.2 - Evolução da PEA masculina total da Paraíba (1960-1991).....	43
Tabela 4.3 - Evolução da PEA por sexo, em relação a PEA total da Paraíba (1960-1991).....	44
Tabela 5 - Evolução da PEA feminina urbana da Paraíba (1970-1991).....	45
Tabela 5.1 - Evolução da PEA masculina urbana da Paraíba (1970-1991).....	46
Tabela 6 - Evolução da PEA feminina rural da Paraíba (1970-1991).....	47
Tabela 6.1 - Evolução da PEA masculina rural da Paraíba (1970-1991).....	49
Tabela 7 - Evolução das taxas de atividade feminina da Paraíba (1960-1991).....	50
Tabela 7.1 - Evolução das taxas de atividade masculina da Paraíba (1960-1991).....	51
Tabela 8 - Evolução das taxas de atividade feminina urbana da Paraíba (1960-1991).....	52
Tabela 8.1 - Evolução das taxas de atividade masculina urbana da Paraíba (1960-1991).....	53
Tabela 9 - Evolução das taxas de atividade feminina rural da Paraíba (1960-1991).....	54

Tabela 9.1 - Evolução das taxas de atividade masculina rural da Paraíba (1960-1991).....	55
Tabela 10 - Evolução da PEA rural paraibana por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	65
Tabela 10.1 - Distribuição relativa da PEA rural paraibana por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	68
Tabela 10.2 - Variação da PEA rural paraibana por sexo, em termos relativos, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	69
Tabela 11 - Evolução da PEA urbana paraibana por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	70
Tabela 11.1 - Distribuição relativa da PEA urbana paraibana por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	71
Tabela 11.2 - Variação da PEA urbana paraibana por sexo, em termos relativos, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	72
Tabela 12 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo posição na ocupação (1960-1991).....	79
Tabela 12.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo posição na ocupação (1960-1991).....	80
Tabela 12.2 - Variação da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo posição na ocupação (1960-1991).....	81
Tabela 13 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo rendimento médio mensal (1980-1991).....	83
Tabela 13.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo rendimento médio mensal (1980-1991).....	83
Tabela 14 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo horas trabalhadas (1980-1991).....	85
Tabela 14.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo horas trabalhadas (1980-1991).....	85
Tabela 15 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo contribuição à previdência (1980-1991).....	87
Tabela 15.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo contribuição à previdência (1980-1991).....	87

Tabela 16 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo idade (1960-1991).....	90
Tabela 16.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo idade (1960-1991).....	92
Tabela 16.2 - Variação da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo idade (1960-1991).....	93
Tabela 17 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo escolaridade (1960-1991).....	96
Tabela 17.1 - Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo escolaridade (1960-1991).....	98
Tabela 17.2 - Variação da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo escolaridade (1960-1991).....	99
Tabela 18 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo estado conjugal (1970-1980).....	102
Tabela 18.1 - Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo em termos relativos, segundo estado conjugal (1970-1980).....	103
Tabela 19 - Evolução da PEA feminina agropecuária da Paraíba, segundo número de filhos (1960-1980).....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população rural paraibana, por sexo (1960-1991).....	38
Gráfico 2 - Evolução da população feminina paraibana, por situação de domicílio (1960-1991).....	40
Gráfico 3 - Evolução da PEA paraibana, por sexo (1960-1991).....	44
Gráfico 4 - Evolução da PEA rural paraibana, por sexo (1970-1991).....	48
Gráfico 5 - Evolução da PEA feminina paraibana, por situação de domicílio (1970-1991).....	49
Gráfico 6 - Evolução das taxas de atividade da população paraibana, por sexo (1960-1991).....	51
Gráfico 7 - Evolução das taxas de atividade feminina da Paraíba por situação de domicílio (1970-1991).....	53
Gráfico 8 - Evolução das taxas de atividade rurais da Paraíba, por sexo (1970-1991)...	55
Gráfico 9 - Evolução das PEA feminina rural da Paraíba, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	66
Gráfico 9.1 - Evolução das PEA masculina rural da Paraíba, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991).....	67
Gráfico 10 - Evolução das PEA masculina agropecuária da Paraíba, segundo posição na ocupação (1960-1991).....	72
Gráfico 10.1 - Evolução das PEA feminina agropecuária da Paraíba, segundo posição na ocupação (1960-1991).....	80
Gráfico 11 - Evolução das PEA masculina agropecuária da Paraíba, segundo idade (1960-1991).....	91
Gráfico 11.1 - Evolução das PEA feminina agropecuária da Paraíba, segundo idade (1960-1991).....	91
Gráfico 12 - Evolução das PEA feminina agropecuária da Paraíba, segundo escolaridade (1960-1991).....	97
Gráfico 12.1 - Evolução das PEA masculina agropecuária da Paraíba, segundo escolaridade (1960-1991).....	97
Gráfico 13 - Evolução das PEA masculina agropecuária da Paraíba, segundo estado conjugal (1970-1980).....	102

Gráfico 13.1 - Evolução das PEA feminina agropecuária da Paraíba, segundo estado
conjugual (1970-1980).....103

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo provocou sérias transformações na economia brasileira após a década de sessenta. Transformações que, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista, como reflexo das transformações por que passa o próprio capital. Esse processo de mudanças impôs modificações sérias em todos os setores da economia, causando um verdadeiro desastre para alguns segmentos da sociedade.

A modernização da agricultura, marcada por esse processo de mudanças, provocou um grande impacto na população rural, causando uma pauperização dessa camada. Essa modernização, caracterizada pelo aprofundamento das relações mercantis e a ampliação do uso de inovações técnicas, foi amplamente subsidiada e induzida pelo Estado, o que reforçou, em certa medida, o seu caráter desigual. A desigualdade é, com efeito, o traço mais constante do processo e do ritmo da modernização, pois "subsiste no espaço rural do Brasil, ampla variedade de sistemas produtivos, intensivos e extensivos, modernos e tradicionais, capitalistas e pré-capitalistas" (AGUIAR, 1996: 100). Dessa forma, o processo deixa à margem o grupo de produtores que não consegue se modernizar.

A modernização provocou acentuadas mudanças nas relações de produção e nas relações de trabalho, conduzindo a um assalariamento temporário, devido principalmente ao aumento da sazonalidade (que ocorre a cada estação, temporal) e ao alargamento da monocultura (cultura de um só produto agrícola). Além disso, a modernização favoreceu a concentração fundiária consequenciando numa minifundização¹. As imposições da modernização terminaram, ainda, por expulsar grande contingente de camponeses de suas terras, se concentrando em pequenas cidades na esperança de serem contratados. Outros migraram para os centros urbanos, mas permaneceram disponíveis para o emprego rural nas épocas de colheitas, tornando-se trabalhadores rurais-urbanos (migração sazonal).

Na região Nordeste, a mobilidade espacial e funcional da mão-de-obra é reflexo não só do processo de modernização conservadora. A migração sazonal/permanente é também consequência do fenômeno das secas (ausência prolongada de chuvas) que tem desorganizado a economia agrícola. O resultado disso é a formação de verdadeiros bolsões de miséria e pobreza no campo, fazendo com que os pequenos produtores emigrem para as cidades, onde disputam reduzidas oportunidades de emprego.

Dentro da região nordestina, o estado da Paraíba, por ser um dos mais marcados pelo atraso na agricultura e por concentrar um grande número de trabalhadores, sente fortemente o impacto de todos esses problemas, seja de ordem climática e/ou estrutural. Entretanto, o processo de modernização que trouxe grandes reflexos sobre a incorporação da força de trabalho insere, evidentemente, a economia paraibana dentro de um novo contexto estrutural.

¹Para maior esclarecimento a respeito das consequências do processo de modernização da agricultura, principalmente, no que se refere a minifundização ver, entre outros, AGUIAR (1996).

Face a esse quadro de mudanças, torna-se pertinente questionar sobre as implicações diretas que esse processo gerou sobre a força de trabalho rural paraibana, principalmente a feminina. Essa proposta de discussão surge pois, dentro de uma história de discriminação do papel da mulher na sociedade, o seu trabalho tem sido, sobre diversas formas, subestimado, principalmente o daquelas trabalhadoras das áreas rurais. Por isso, a necessidade de apreender o volume e evolução da participação das mulheres na força de trabalho rural paraibana num período que enfoca mudanças de ordem estrutural, no país como um todo, demonstrando sobretudo, as formas particulares em que ela se dá.

Neste propósito, o primeiro capítulo será dedicado à exposição de algumas considerações sobre a força de trabalho feminina rural para que tenhamos uma idéia geral do seu significado ao longo da história e sobretudo para esclarecermos algumas questões de ordem metodológica.

No segundo capítulo, delimitaremos a participação da mulher rural na força de trabalho paraibana, através da evolução de sua participação na PEA (População Economicamente Ativa) e das taxas de atividade² feminina no período de 1960-1991, a fim de sabermos se houve ou não crescimento dessa participação, independente do setor de atividade, e em que nível ocorreu. Para tanto, será investigado, sempre relacionando o urbano e rural:

- a evolução do quadro demográfico da Paraíba não só para termos idéia da mobilidade espacial no período, mas também para o relacionarmos com a PEA total feminina e assim obtermos as taxas de atividades;

² A taxa de Atividade é o quociente da divisão entre a PEA e a população de 10 anos ou mais multiplicado por 100.

- a evolução da PEA feminina rural para comprovarmos seu crescimento ou queda;

- observar o desempenho da força de trabalho feminina paraibana através das taxas de atividade que relaciona a PEA com a população total de 10 anos ou mais.

Por último, verificaremos, através dos dados, a participação da mulher na força de trabalho rural, segundo fatores estruturais e individuais. Isso porque a participação das mulheres no trabalho depende de uma série de fatores que não se limita apenas às condições do mercado ou estrutura do emprego, depende também de fatores individuais como posição na família e classe social a qual pertence. Aqui, verificaremos especificamente a evolução e transformações ocorridas na força de trabalho do campo paraibano, considerando algumas características como: posição na ocupação, condições de trabalho, idade, estado civil, escolaridade, etc.

A pesquisa teve por base a coleta e análise de dados secundários sobre mão-de-obra expostos nos Censos Demográficos, publicados pelo FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As séries de dados postas à disposição do público por esta fundação referentes ao trabalho são duas: os Censos Demográficos e as PNADs (Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios). A PNAD é realizada anualmente por amostragem (com exceção do ano do censo), estando disponível até o ano de 1997, e se destina a investigar diversas categorias sócio-econômicas, entre as quais a mão-de-obra. Já o Censo Demográfico é realizado com periodicidade decenal, pesquisando de maneira mais completa o conjunto da população, estando disponível até o ano de 1991. A escolha pelos Censos Demográficos se deu exatamente pelo fato dos mesmos serem mais completos, embora se limitem apenas até 1991, o que impossibilitou nossa pesquisa até os dias atuais. Também preferimos os Censos Demográficos, pelo fato

deles não terem sofrido alterações nos conceitos de população economicamente ativa/inativa até 1991, o que facilita nossa análise.

A compatibilização entre os dados dos Censos e das PNADs para possibilitar uma pesquisa mais atual, porém, nos representou um problema, uma vez que os primeiros, como já dissemos, abrangem a população, enquanto as PNADs são realizadas a partir apenas de uma amostra representativa. Além disso, existe uma diferença de definição entre ambos que, possivelmente, repercutiria nos dados.

Os dados extraídos dos Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba dos anos de 1960, 1970, 1980 e 1991 foram organizados em tabelas em forma de séries temporais, mostrando a evolução histórica de todas as variáveis disponíveis referentes ao trabalho da mulher. Foram calculados, com base nos dados, a variação do período, tanto em termos absolutos como relativos apresentando também, sempre que possível, os gráficos das tabelas construídas. Para uma melhor contextualização buscou-se o apoio de um material bibliográfico disponível sobre o assunto como: livros, artigos, etc.

É relevante destacar sobre os discutidos problemas que os dados estatísticos apresentam sobre o trabalho feminino. Esse procedimento metodológico tem subestimado a contribuição feminina, e esse problema diz-se do próprio conceito³ de trabalho utilizado pelos censos, que tem incluído certas atividades no grupo de inativas. Algumas mudanças foram inseridas, ampliando este conceito nas PNADs a partir dos

³ O conceito de trabalho utilizado pelo FIBGE toma como base o conceito de PEA, assim entendida como as pessoas que trabalhavam nos 12 meses anteriores a data do Censo ou parte deles, que estavam exercendo trabalho remunerado (em dinheiro ou produto), inclusive as licenciadas, com remuneração, e as que estavam trabalhando sem remuneração em alguma atividade por mais de 15 horas semanais, ou não estavam trabalhando mais procuravam trabalho. Portanto, fazem parte da PEA os ocupados (trabalhavam regularmente) e os desocupados (não trabalhavam mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho). E População Não Economicamente Ativa é considerada a parcela que não estava trabalhando regularmente e não estava em busca de trabalho. Aqui se inserem, as pessoas que, à época da pesquisa, exerciam afazeres domésticos, os estudantes, os aposentados, os doentes inválidos e as pessoas sem ocupação.

anos noventa, que passou a vigorar precisamente a partir de 1992 e, nos censos, presumivelmente, a partir de 2000.

Apesar de deficientes, os dados permitem ainda extrair muita informação útil sobre o trabalho da mulher. Cabe-nos portanto, utilizá-los de forma crítica, buscando não só apreender o volume da participação feminina, mas também, a ausência desta, ou seja, denunciando a sua ausência em certas situações.

CAPITULO 1

A FORÇA DE TRABALHO FEMININA RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLOGICAS

1.1 Considerações Teóricas

Os estudos sobre a mulher têm se intensificado nas últimas décadas em praticamente todos os países do mundo ocidental. A expansão do movimento feminista nos países industrializados multiplicou ainda mais os trabalhos científicos sobre a mulher embora os mais analíticos⁴ tenham começado a aparecer somente no início da década de setenta; sendo o Brasil, pioneiro nos estudos empíricos sobre a carreira ocupacional da mulher.

De modo geral os estudos sobre a situação da mulher na força de trabalho estão pautados na noção de divisão sexual do trabalho, que segrega os espaços produtivos, definindo qualificações e características próprias para cada tarefa, conforme o sexo de

⁴ Os estudos sobre a *mulher* trazem reflexões importantes a partir de uma abordagem da *categoria gênero* e que passa a ser utilizada significativamente na literatura feminista. *Gênero* refere-se à organização social da relação entre sexos, "significa as desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes, ou ainda, coisas sexuadas"(LAUROSSE apud OLIVEIRA, 1996:18). Os estudos recentes sobre Gênero, na verdade, têm como finalidade, como afirma BRUSCHINI (1992:290),"conhecer a situação dos indivíduos socialmente discriminados, visando a superação desta condição".

quem a executa, ou seja, o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho atribui determinadas tarefas às mulheres, especificando que o trabalho remunerado é função do marido, cabendo à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelas crianças.

Neste sentido, "a divisão sexual do trabalho outorga aos homens e às mulheres formas diferenciadas de sua inserção, existindo, assim, uma identificação cultural entre as atividades desempenhadas por cada sexo"(OLIVEIRA,1996: 24). Dessa forma, em nossa sociedade, a mulher é percebida como a responsável pelo trabalho doméstico e pela reprodução⁵ da força de trabalho, enquanto o homem é responsável pela produção (voltada para o mercado). Isso, porém, não pode ser percebido como uma imposição masculina, mas se constitui numa elaboração cultural.

"Admitindo-se que os aspectos gerais da divisão sexual do trabalho constituem provavelmente elaboração cultural de características presentes no desenvolvimento da cultura, é necessário analisar um pouco mais a amplitude das elaborações culturais que se erigiam sobre essas bases"(DURHAN apud OLIVEIRA, 1996: 24).

Com o advento do capitalismo, essa separação entre o trabalho produtivo e reprodutivo assume uma nova postura. Mesmo havendo uma divisão sexual do trabalho antes do capitalismo, a separação entre as esferas da produção (local de trabalho) e da reprodução (lar e família) é reproduzido pelo mesmo. E, realizada esta separação, as tarefas acabam sendo hierarquizadas, recebendo valorizações distintas, atribuindo aos homens as posições mais elevadas e às mulheres as posições inferiores.

"De um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. A essa fragmentação correspondeu uma divisão

⁵As atividades de reprodução "envolvem um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro são executadas, cotidianamente, todas aquelas tarefas que permitem o trabalhador descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do outro dia. Neste grupo inclui-se: o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o concerto de roupas, além da compra de todos os bens necessários aos membros da família. No segundo nível situam-se atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade, envolvendo a gravidez, o parto, a guarda, proteção e socialização das crianças" (BRUSCINI & ROSEMBERG, 1982: 9).

sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho extral- lar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração"(BRUSCHINI, 1982: 10)

As diferenças nas atividades desempenhadas por homens e mulheres são, num primeiro momento, observadas no âmbito da esfera da família e, mais tarde, essas diferenças são transferidas para a esfera do trabalho. Pode-se dizer que a origem da discriminação ou separação entre os sexos está na própria estrutura familiar e nas formas de discriminação social. O capital não cria esse estado de subordinação das mulheres mas o integra e reforça. Como afirma LOBO (1992:170),

" A divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica. Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de "dividir para reinar", a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e de práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também sexuada e assimétricas, marcada por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos".

Isso demonstra, portanto, uma complexidade implícita na questão do trabalho da mulher na medida em que é estipulado por esse modelo de divisão sexual do trabalho que o trabalho produtivo e remunerado é função do homem, cabendo à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico que, por ser exercido em casa, no âmbito privado, confunde-se com o seu papel na família. Dessa forma, o que acontece é que mesmo participando diretamente da produção, a mulher continua sendo responsável pela execução dos afazeres domésticos lhe acarretando uma sobrecarga de uma dupla jornada de trabalho e que não é visualizada pela sociedade pela desconsideração ao trabalho doméstico.

Observa-se então que há uma necessidade de se ampliar o conceito de trabalho, afim de se estimar de forma correta o volume de atividades indispensáveis à produção social que as mulheres realizam pois "falar de mulher e excluir o trabalho doméstico constitui uma maneira de deformar a realidade cotidiana do sexo feminino" (SANTANA CRUZ, 1996: 2). Rever o conceito de trabalho implica incluir formas não monetarizadas de participação na produção social, atividades ditas "não produtivas", como é o caso da produção de valores de uso e da prestação de serviços na unidade doméstica. Ou seja,

"Ao invés de se identificar o trabalho apenas com as atividades de mercado (ou atividades produtivas) e o trabalho doméstico não remunerado como forma de inatividade, a inclusão dos trabalhadores domésticos não remunerados entre os que participam da produção social permite que uma série de aspectos importantes, na verdade conhecidos até intuitivamente, tornem-se manifestos. O primeiro deles é que uma grande parte da população considerada "inativa" encontra-se efetivamente ocupada, ou seja, trabalhando na produção doméstica não remunerada. O segundo aspecto é que, ao incluí-las entre os que trabalham, fica evidente que no conjunto da população as mulheres trabalham mais do que os homens, sobretudo porque grande parte das trabalhadoras cumpre diariamente uma dupla jornada de trabalho" (BRUSCHINI & ROSEMBERG, 1982:12).

A verdade é que sempre ocultaram a contribuição feminina no trabalho pois sempre tomaram como modelo o trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado seguindo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas. O trabalho da mulher, se considerado como toda atividade socialmente necessária, estará em toda parte: desde o preparo da comida até a formação de futuras gerações. Essa realidade se torna ainda mais patente nas mulheres residentes nas áreas rurais, principalmente aquelas que se dedicam às atividades agrícolas, porque,

para elas, o espaço do trabalho e o da casa são os mesmos, de tal modo que elas conseguem combiná-los numa única jornada, num único ambiente.

Essas mulheres participam da produção agrícola sem se desligarem das atividades domésticas e reprodutivas. Dessa forma, as atividades da casa terminam sendo vistas como as principais. O trabalho feminino, então, é subestimado quando se parte da premissa de que a mulher ocupa o espaço da casa. Assim "no que concerne a produção agrícola, a atividade doméstica acaba sendo registrada como a principal. Dessa forma, o trabalho feminino nas áreas rurais tende a ser subestimado" (OLIVEIRA, 1996: 27).

Observa-se daí que as mulheres das áreas rurais, além de desempenharem as tarefas domésticas, ainda trabalham na atividade agrícola que não é vista como trabalho e sim como "ajuda". Desse modo, a participação da mulher na produção agrícola não é considerada como trabalho e sim como 'não-trabalho'. Essa invisibilidade do caráter produtivo do trabalho da mulher ocorre na medida em que as fronteiras entre trabalho produtivo e reprodutivo no campo não são precisas. Isso traduz-se, portanto, na "invisibilidade" da caráter produtivo do trabalho feminino no campo. "Este conjunto de traços conforme o que alguns autores têm denominado de "invisibilidade" da contribuição da mulher na vida econômica do camponês e que tem trazido como consequência a falta de reconhecimento do trabalho da mulher como produtora" (MEDRANO apud OLIVEIRA, 1996: 28). E essa marginalização das mulheres nas atividades agrícolas só reforça a nossa discussão de que é necessário rever o conceito de trabalho e a posição que ela ocupa em nossa sociedade.

Essa discriminação enfrentada pelas mulheres, no que tange ao trabalho, tida como base a separação entre as esferas da produção e reprodução, é uma explicação que reside no campo institucional-cultural. Existe uma outra no campo econômico, abordada

por alguns autores, principalmente os marxistas, que merece destaque embora tenha gerado controvérsias. Trata-se de uma explicação que se baseia na idéia de que as mulheres aparecem como uma força de reserva para o capital, ou seja, uma vez considerado o exército industrial de reserva,⁶ as mulheres aparecem como candidatas preferenciais. O principal argumento a favor desta tese, segundo BRUMER (1988), é a constatação de que em determinados períodos do ciclo industrial ou em determinadas circunstâncias (ascensão dos ciclos econômicos, por exemplo) as mulheres são levadas a participarem mais ativamente do mercado de trabalho, e são despedidas ou levadas a retornar às atividades domésticas em outras ocasiões desfavoráveis (um grupo mobilizável ou desmobilizável, segundo as necessidades capitalistas). Sendo isso mais fácil para as mulheres, dado a flexibilidade delas entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico.

Por outro lado, os salários recebidos pelas mulheres são relativamente mais baixos do que os recebidos pelos homens, o que reforça a tese do lugar privilegiado pelas mesmas na força de reserva para o capital. Elas fazem parte de uma estratégia de barateamento dos custos da força de trabalho, visando o aumento dos lucros.

"Assim, as mulheres, menos conscientes de seus direitos como trabalhadoras, menos participantes e politizadas, aceitariam salários mais baixos e substituiriam os operários. Ainda que essa substituição possa ocorrer, se a extensão do trabalho feminino obedecesse exclusivamente aos interesses do capital de maximizar os lucros barateando os custos da força de trabalho, ela não pode ser fixado como regra geral, uma vez que a força de trabalho feminina não substitui sistematicamente a masculina, e

⁶ Exército Industrial de Reserva - Expressão empregada por Karl Marx em sua obra *O Capital*, cap. XIII, para designar o conjunto de trabalhadores desempregados. Ele analisou a existência do exército industrial de reserva como um fenômeno inerente à própria produção capitalista, pois para ele, os capitalistas, para vencerem os concorrentes, são obrigados a empregar continuamente novas máquinas no sentido de baratear os custos da produção e aumentar a produtividade de trabalho. O emprego de novas máquinas e novos equipamentos leva à diminuição da parte relativa à mão-de-obra (MARX apud BRUMER, 1985: 26)

que, portanto o capital submete seus objetivos à divisão sexual do trabalho" (LOBO, 1992: 147)

Essa tese é veementemente criticada sob o argumento de que ela é determinista na medida em que desconsidera uma série de questões (econômicas e sociais) em que a mulher está inserida e que vão determinar a sua entrada ou saída do mercado de trabalho. Essa tese desconsidera ainda a participação da mulher no trabalho doméstico e, sobretudo, a sua participação nas lutas em relação ao reconhecimento do seu papel nos diversos segmentos da sociedade.

Contudo, esse debate teórico sobre o trabalho feminino, que tem como ponto primordial a incorporação ou expulsão do trabalho feminino, no contexto da expansão do capitalismo, deixa de lado os obstáculos culturais decorrentes da função reprodutiva da mulher na sociedade, ou melhor, focaliza exclusivamente a ótica da produção sem levar em conta o lugar que ela ocupa na sociedade. Faz-se necessário entender que o ingresso da mulher no mundo produtivo, não é condição suficiente para a sua libertação e autonomia, ou seja, isso não elimina a discriminação sexual que elas enfrentam. É necessário também que elas tomem consciência do seu lugar subalterno na família e na sociedade para que, assim, suscitem mudanças. O ingresso na força de trabalho representa condição *sine qua non* para a participação da mulher em outras esferas da vida social.

A mulher vem assumindo cada vez mais espaços, e trabalhar fora do espaço doméstico adquire novas possibilidades de definição. Atualmente, o trabalho feminino, tanto na zona urbana como rural, passou a ser entendido como parte integrante das estratégias familiares de sobrevivência. As discussões sobre o trabalho feminino se refazem sob uma nova problemática que é a "articulação do espaço produtivo com a família em quanto esfera de reprodução, implicando procriação e trabalho doméstico"

(BRUSCHINI, 1985: 5) pois, o ingresso cada vez mais crescente da mulher no mercado de trabalho não é mais um fato novo: "A presença das mulheres no mercado brasileiro, vem sendo cada vez mais intensa e diversificada não retrocedendo nem mesmo no momento da crise que assolou a partir dos anos oitenta"(BRUSCHINI op. cit:10).

1.2 Considerações Metodológicas

Faz-se necessário entendermos, de início que:

"Uma abordagem quantitativa é um procedimento de sistematização de grande número de informações obtidas através de uma ocupação técnica de pesquisa. A quantificação ou contagem pode ser aplicada tanto ao levantamento de dados primários, colhidos diretamente pelo pesquisador – como ocorre nos surveys, em pesquisas com fontes históricas, em análises de conteúdos de textos escritos - quanto aos levantamentos ou análises de dados secundários, como é o caso do conhecimento adquirido através de pesquisas censitárias" (BRUSCHINI, 1992: 289).

A princípio, o uso de estatísticas oficiais no enfoque da força de trabalho feminina foi substituído, em certo momento, por estudos de natureza antropológica, afim de mostrar formas de trabalho que os grandes números não mostravam. Entretanto, os estudos da mulher sempre tiveram por finalidade conhecer a situação de indivíduos socialmente discriminados numa perspectiva transformadora e de dimensão política.

As discussões levantadas tendo como base a análise do uso de conceitos como o de 'atividade' e 'inatividade econômica' (que dão base ao conceito de trabalho) ou de 'população economicamente ativa/inativa' em levantamentos censitários, bem como sua impropriedade para compreensão da real atividade econômica feminina, alegam que o procedimento metodológico desses levantamentos censitários, mais do que desvendar, sempre ocultaram ou subestimaram a contribuição feminina. Essa subestimação é

marcada sobretudo pela sua posição na divisão sexual do trabalho em que ocupa posições subalternas, como já mencionamos.

Dessa forma, os critérios de captação de dados sempre tomaram por base o modelo de trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas, desconsiderando as atividades informais e agrícolas, de caráter descontínuo e sazonal e em que se enquadrava justamente o trabalho feminino. Dessa forma, o conceito de População Economicamente Ativa não considera alguns fenômenos extremamente importantes como é o caso da subocupação⁷. Enfim, os censos escondem o contexto doméstico (que esconde a produção de alimentos ou de roupas), a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não-remunerado, especialmente válido para as mulheres. Outro problema diz respeito ao período de referência para a coleta de informações que, por ser curto, costuma deixar de lado trabalhadores ocasionais e sazonais.

A maior crítica a respeito da utilização dos dados diz-se do conceito de 'inatividade econômica' (visto anteriormente) que engloba os afazeres domésticos, escondendo, sobretudo, um certo volume de atividades. A verdade é que o problema de subnumeração da mão-de-obra feminina está na má formulação do quesito voltado para captar as informações sobre o trabalho. Isso ocorre por exemplo, porque o censo não questiona as várias ocupações das pessoas, mas a ocupação principal e, em virtude da maior difusão e aceitação social da função reprodutiva das mulheres,

"... é bastante provável que a atividade de dona-de-casa seja declarada como a principal ocupação da respondente mesmo quando ela exerce também outro tipo de tarefa. Este viés poderá ser agravado conforme a formulação dos quesitos, ou a postura do entrevistador porque este,

⁷Subocupação - PEA com rendimento inferior a um salário mínimo e jornada de trabalho inferior da faixa usual.

imbuído de preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade, tende a classificá-la na função, para ele prioritária, a de dona-de-casa" (BRUSCHINI, 1992: 297).

A isso soma-se as dificuldades que se encontra em dispor de respostas para todas as perguntas desejadas. Mas percebe-se que, ao longo dos anos, as possibilidades de responder as indagações sobre o trabalho das mulheres vêm sendo ampliadas.

"O referencial teórico de Gênero, ao qual devem ser acrescentadas o envolvimento e o compromisso com a luta feminista, tem orientado as perguntas a serem feitas, as informações a serem procuradas, a maneira de analisar e de apresentar os dados, e tem determinado a constante comparação de informações sobre homens e mulheres a fim de constatar diferentes e/ou semelhanças "de gênero". O resultado desses estudos tem revelado certas verdades" (BRUSCHINI, 1999: 2).

Alguns conceitos utilizados nos levantamentos censitários também vêm sendo questionados e analisados por pesquisadores interessados nas questões de gênero, e suas críticas têm sido responsáveis por alterações significativas. O conceito de *chefe de família* é um exemplo, pois até o censo de 1970, a chefia da unidade domiciliar investigada era sempre atribuída ao homem, mesmo que este não fosse o provedor da família. Mas os estudos de gênero na década de setenta provocaram uma alteração na forma de coleta dessa informação e, a partir do censo de 1980, o recenseador já passa a atribuir ao informante a tarefa de designar a pessoa que acredita deter a chefia da família. Outra contribuição importante no censo de 1980 foi a reformulação do quesito sobre o trabalho, aumentando o período de referência que deve ter provocado um efeito significativo no número de trabalhadoras⁸. No censo de 1991, foram mantidas as

⁸ De acordo com BRUSCHINI (1998:282), o censo de 1970 o quesito sobre trabalho começava com a pergunta: "Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação que tem e considera principal?". Aqui apresentava, como primeira alternativa de resposta, a categoria afazeres domésticos, o que pode ter induzido a muitas respondentes a se declararem inativas. No censo de 1980, a pergunta foi reformulada, ampliando o tempo de referência e a ordem das alternativas: "Trabalhou nos últimos 12 meses?. Se sim,

mudanças feitas no questionário de 1980, "mas o questionário ainda aprimorou o quesito sobre o trabalho ao introduzir a possibilidade do respondente indicar se trabalhou habitual ou eventualmente nos 12 meses anteriores ao levantamento (BRUSCNINI, 1998: 286). O que pode ter levado muitas mulheres que exerceram alguma atividade econômica, esporadicamente, a se declararem trabalhadoras.

Porém, apesar dos aprimoramentos nos questionários referentes à categoria trabalho até então, o seu conceito, especificamente o de PEA, precisa ainda ser ampliado em muitos aspectos. Isso começou a ser feito, por recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho) só a partir da década de noventa, em que passaram a ser caracterizadas as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo.

O que nos cabe aqui portanto é, mesmo com as deficiências existentes nos dados neste período, tentar conhecer algumas características das trabalhadoras e do seu ingresso no mercado de trabalho, pois eles permitem extrair muitas informações úteis sobre o trabalho feminino (urbano e rural), como também nos dar subsídios para contestar certas hipóteses sobre o trabalho feminino e, o mais importante, a análise crítica. Pois qualquer que seja o método adotado, a atenção para a questão de gênero deverá estar presente em todas as etapas da pesquisa. Assim,

"É possível afirmar, com uma boa dose de segurança que, apesar das resistências de que foram vítimas, as abordagens quantitativas podem ser utilizadas nos estudos de mulher com uma perspectiva não sexista ou feminista, tal como aqui a estamos entendendo, e que este procedimento metodológico pode cumprir, tão bem quanto qualquer outro, um importante papel nos estudos de relações de gênero" (BRUSCHINI, 1992: 293).

responda qual a ocupação que exerceu habitualmente. Se não, indique a ocupação que tem, obedecida a ordem enumerada" (a alternativa afazeres domésticos aparece como a oitava entre as demais).

CAPITULO 2

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER RURAL NA FORÇA DE TRABALHO

PARAIBANA (1960-1991)

Mesmo com as inúmeras dificuldades implícitas nos dados dos censos que subestimam o trabalho feminino, como já nos referimos anteriormente, não há dúvida de que os mesmos apontam a presença das mulheres rurais no mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, no paraibano, que se ampliou consideravelmente no período em análise, de acordo com os dados.

O panorama aqui traçado tem por base, segundo dados estatísticos oficiais, a composição da força de trabalho feminina rural, tal como é definida por esses indicadores bem como suas transformações ao longo dos anos de 1960-1991. Os dados, porém, serão apresentados, na medida do possível, em comparação àqueles referentes à força de trabalho masculina e fazendo também um cruzamento por situação de domicílio⁹ para uma melhor observação do nosso objeto de estudo.

⁹Por situação de domicílio entende-se a classificação da população segundo a localização do domicílio, nas áreas urbanas, suburbanas e rurais, definidas por lei municipal. Como *quadro urbano e suburbano* é entendido o último como prolongamento do primeiro, considerando-se as áreas correspondentes às cidades (sede municipais) ou vilas (sede distritais). O *quadro rural* abrange toda a área situada fora dos limites das cidades e vilas. (IBGE, Censo Demográfico de 1991).

Ainda para um melhor entendimento, torna-se necessário, além de situar o estado, a observação da evolução do quadro demográfico no período, pois “para se tratar da participação de homens e mulheres no setor agrícola e no espaço rural brasileiro é inevitável que se inicie pela questão demográfica”(TEIXEIRA, 1994: 8) visto que o Brasil apresentou profundas mudanças no seu perfil demográfico, nas últimas décadas. As mudanças na distribuição espacial acelerada pelo processo de modernização da agricultura, que acarretou em uma forte transferência das pessoas da zona rural para a zona urbana gerou conseqüências diretas sobre o papel social desempenhado pela mulher. Por outro lado precisamos ter uma ideia do contingente populacional para o relacionarmos, em seguida, com a População Economicamente Ativa (PEA) afim de obtermos as taxas de atividade feminina.

2.1 Evolução do Quadro Demográfico Paraibano no período 1960-1991

O estado da Paraíba, situado na região Nordeste, possui uma área de 56.372km² distribuídos entre quatro mesorregiões (Sertão, Litoral, Agreste e Brejo), 173 (1991) municípios e uma população (de 10 anos ou mais) de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, representando um pouco mais de 2% da população brasileira, em que 52,4% é representada pelas mulheres e 34,6% (Tabelas 1.1e 1.2) do total habitam na zona rural, de acordo com os dados dos Censos Demográficos de 1991, expostos nas tabelas.

Durante o período em análise, a população paraibana de 10 anos ou mais cresceu bastante. Observa-se que de 1.383.463 em 1960, ela passou para 1.624.989 em 1970, e de 1.963.274 em 1980, para 2.395,535 em 1991, ou seja, um crescimento de 73% durante o período todo. Acompanhou contudo, mesmo que em índice menor, o

crescimento ocorrido no Brasil como um todo que foi de 131%, ou melhor, passou de 48.750.192 em 1960 para 112.860.251 em 1991. Esse crescimento, que a Paraíba e o Brasil como um todo experimentou a partir da década de sessenta, pode ser explicado, segundo TEIXEIRA (1994), por diversos fatores, entre os quais podemos destacar o declínio da taxa mortalidade, que não foi acompanhada pelo declínio da taxa de fecundidade.

Tabela 1
Evolução da condição de presença de pessoas de
10 anos ou mais no Brasil e na Paraíba

ANOS	BRASIL	PARAIBA	PB/BR
1960	48.750.192	1.383.463	2,84
1970	65.867.723	1.624.989	2,47
1980	87.811.196	1.963.274	2,23
1991	112.860.251	2.395.535	2,12

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos do Brasil e da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1.
Censos Demográficos (mão-de-obra) do Brasil e da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1.

(1960-1991)

Estratificando este crescimento por sexo, percebe-se que, na Paraíba, o crescimento populacional de forma absoluta foi tanto de homens como de mulheres, e se calcularmos a variação percentual vemos que as taxas cresceram significativamente em todos os anos. A população masculina cresceu 72,8% no período todo, crescendo menos do que a feminina que alcançou uma taxa de 73,5% no período.

Tabela 1.1
Evolução da condição de presença de pessoas de
10 anos ou mais por sexo na Paraíba
(1960-1991)

ANOS	Total de Mulheres	%	Total de Homens	%
1960	726.994	52,55	656.469	47,45
1970	860.874	52,98	764.115	47,02
1980	1.033.702	52,65	929.572	47,35
1991	1.256.187	52,44	1.139.348	47,56

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab.1.
Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab.1.

Uma das características mais importantes da evolução recente da população paraibana é a redução intensa do seu contingente rural. Enquanto houve uma queda dessa população, houve por outro lado, um crescimento da população urbana, significando uma inversão na ordem relativa entre o urbano e o rural, no período. Em 1960, a população rural representava 64,2% do total, e a urbana 35,7%. Em 1991, a população rural passou a representar 34,6% e a urbana 65,4% (Tabela 1.2). Houve assim uma transferência da população rural para as áreas urbanas, podendo-se dizer, contudo, que "a dinâmica demográfica recente da Paraíba caracteriza-se, principalmente, pelo declínio da fecundidade, pela intensificação da mobilidade e pela redução do contingente rural"(MOREIRA & TARGINO,1997: 221).

O declínio da população rural só pode ser atribuído a um intenso êxodo rural, e esse deslocamento da população rural aconteceu tanto de forma definitiva como sazonal (temporária, principalmente nos períodos de seca).

"Os fluxos migratórios procedentes do campo, destinam-se tanto a outros estados, quanto às cidades do próprio Estado. O deslocamento de população da área rural para a urbana é um dos principais fatores explicativos para o crescimento expressivo das cidades paraibanas"(MOREIRA E TARGINO op.cit : 227)

Tabela 1.2
Evolução da condição de presença de pessoas de
10 anos ou mais por situação de domicílio
na Paraíba (1960-1991)

ANOS	População Rural	%	População Urbana	%
1960	888.633	64,23	494.830	35,77
1970	922.864	56,79	702.125	43,21
1980	899.669	45,82	1.063.605	54,18
1991	829.005	34,6	1.566.530	65,4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Esse processo de deslocamento atingiu homens e mulheres pois, como demonstram as tabelas 2 e 2.1, a população feminina rural caiu 9% e a masculina 4% no período analisado. Em concomitante, a população feminina urbana cresceu 225,5% e

a masculina 228% confirmando, portanto, uma urbanização da população paraibana (Tabelas 3 e 3.1).

Resultado: o quadro da população paraibana em 1960 é de mais mulheres do que homens, tanto na zona urbana como na rural. No entanto, com a mobilidade populacional, ocorre que a cidade continua feminina, com mais mulheres do que homens. Enquanto que o campo fica, com a saída das mulheres em maior número, com mais homens do que mulheres, em 1991. Enfim, em 1960, existia no campo paraibano mais mulheres do que homens, mas em 1991, existia mais homens do que mulheres.

Tabela 2
Evolução do total de mulheres rurais de 10 anos ou mais da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Mulheres Rurais	Variação		
		Anos	Va*	%
1960	452.037	1970/60	21.362	4,73
1970	473.399	1980/70	-17.098	-3,61
1980	456.301	1991/80	-45.188	-9,9
1991	411.113	1991/60	-40.924	-9,05

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

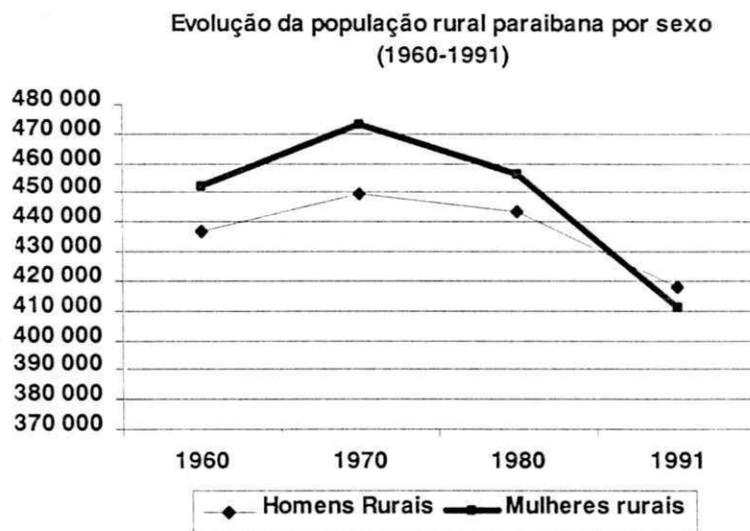
* Valor absoluto

Tabela 2.1
Evolução do total de homens rurais de 10 anos ou mais da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Homens Rurais	Variação		
		Anos	Va	%
1960	436.596	1970/60	12.869	2,95
1970	449.465	1980/70	-6 097	-1,36
1980	443.368	1991/80	-25 476	-5,75
1991	417.892	1991/60	-18 704	-4,28

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados das tabelas 2 e 2.1

Tabela 3
Evolução do total de mulheres urbanas de 10 anos ou mais da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Mulheres Urbanas	Variação		
		Anos	Va	%
1960	274.957	1970/60	112.518	40,92
1970	387.475	1980/70	189.926	49,02
1980	577.401	1991/80	317.673	55,02
1991	895.074	1991/60	620.117	225,53

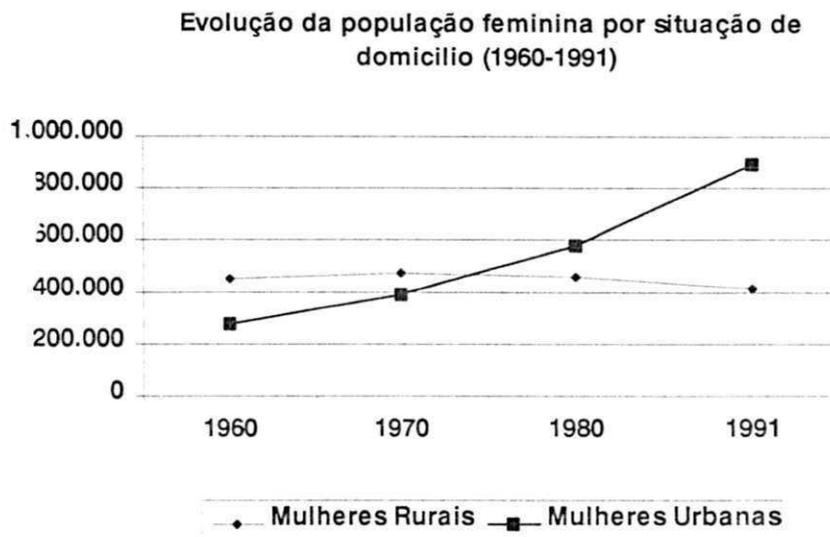
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
 Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Tabela 3.1
Evolução do total de homens urbanos de 10 anos ou mais da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Homens Urbanos	Variação		
		Anos	Va	%
1960	219.873	1970/60	94.777	43,11
1970	314.650	1980/70	171.554	54,52
1980	486.204	1991/80	235.252	48,39
1991	721.456	1991/60	501.583	228,12

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
 Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 2 e 3.

Os dados da Paraíba comprovam os reflexos do processo de mudanças a nível demográfico ocorrido nas décadas de 70 e 80 no Brasil, ocasionado, sobretudo, pelo processo de modernização da agricultura com forte impacto na população rural do país em seus mais diversos níveis.

"Famílias inteiras ou parte de seus membros deslocaram-se da zona rural para o centro urbano a procura de emprego, por terem sido expulsos das grandes propriedades modernizadas e/ou por não conseguirem os recursos mínimos para sobrevivência" (TEIXEIRA, 1994: 10)

As mulheres rurais foram afetadas. Muitas foram obrigadas a migrarem em busca de trabalho e/ou melhores condições de vida, e outras precisaram ficar chefiando suas famílias.

" A redução da população rural tanto em termos relativos quanto em termos absolutos é tida, historicamente, como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista da agricultura (...). Por outro lado, as áreas rurais cuja

organização produtiva não sofreu o processo de mudança e permanecem estagnadas, em decorrência da sua estrutura fundiária e de fatores sócio-culturais, também passam a expulsar os acréscimos demográficos que não podem ser absorvidos produtivamente" (MOREIRA & TARGINO,1997: 225).

Portanto, como afirma TEIXEIRA (1994),

"O Brasil apresentou, nas últimas décadas, profundas mudanças em seu perfil demográfico. A partir dos anos trinta até o início dos anos sessenta, este quadro caracterizou-se pelo declínio da mortalidade que, não se fazendo acompanhar do declínio da taxa de fecundidade, garantiu a manutenção das altas taxas de crescimento populacional. A partir da década de sessenta, porém, se inicia o que provou ser uma expressiva mudança nos padrões demográficos, variando conforme cada realidade regional".

2.2 Evolução da Participação da Mulher Rural na PEA paraibana no período1960-1991

A ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho pode ser comprovada pelo seu nível de participação na PEA. Os dados do país e de suas mais diversas regiões revelam que ela vem crescendo ao longo das últimas décadas muito mais que a masculina. Segundo SOUTO MAIOR (1985), de 20% em 1970, as mulheres elevaram sua participação para 33% em 1985. A região Nordeste, por sua vez, acompanhou esse crescimento observado no Brasil nesse período. Em 1970, as mulheres nordestinas constituíam apenas 19% da PEA, em 1985 esse índice subiu para 33,3% com uma diferença mínima em relação ao Brasil.

Acompanhando essa realidade, o estado da Paraíba aumentou consideravelmente o número de trabalhadores (homens e mulheres). Em números

relativos, vemos que o contingente de trabalhadores aumentou 85,2% nas três décadas (60,70 e 80), ampliando-se em 508.072 novos membros (Tabela 4).

Tabela 4
Evolução da participação de pessoas de 10 anos ou mais na PEA
da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA Total	Variação		
		Anos	Va	%
1960	595.868	1970/60	79.241	13,30
1970	675.109	1980/70	168.057	24,89
1980	843.166	1991/80	260.774	30,93
1991	1.103.940	1991/60	508.072	85,27

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

O fator mais importante a se observar nesse aumento de trabalhadores do mercado de trabalho paraibano, é o fato de ele ser assumido basicamente pelas mulheres. As tabelas 4.1 e 4.2 mostram que o número de mulheres trabalhadoras aumentou de 86.486, em 1960, para 330.666 em 1991, um aumento de 282%. Já o número de homens trabalhadores cresceu, mas de forma inferior, passando de 508.868 em 1960 para apenas 773.274 em 1991, um acréscimo de 51%. Como vemos, este índice comparado ao da mulher é irrisório. Não devemos esquecer porém, que apesar desse crescimento da presença feminina na força de trabalho paraibana e conseqüentemente na brasileira, ela segue sendo predominantemente masculina. Enquanto as mulheres na Paraíba representam um contingente relativo aproximadamente 30% (1991) do total de trabalhadores, os homens representam 70% (1991), embora

esses índices tenham sofrido variações a favor da mulher no período 1960-1991, tendo em vista que a participação da mulher na PEA total da Paraíba evoluiu consideravelmente, de 14,5% em 1960 para 29,9% em 1991 (Tabela 4.3).

Tabela 4.1
Evolução da PEA feminina total da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA Feminina	Variação		
		Anos	Va	%
1960	86.486	1970/60	24.008	27,76
1970	110.494	1980/70	89.981	81,44
1980	200.475	1991/80	130.191	64,94
1991	330.666	1991/60	244.180	282,33

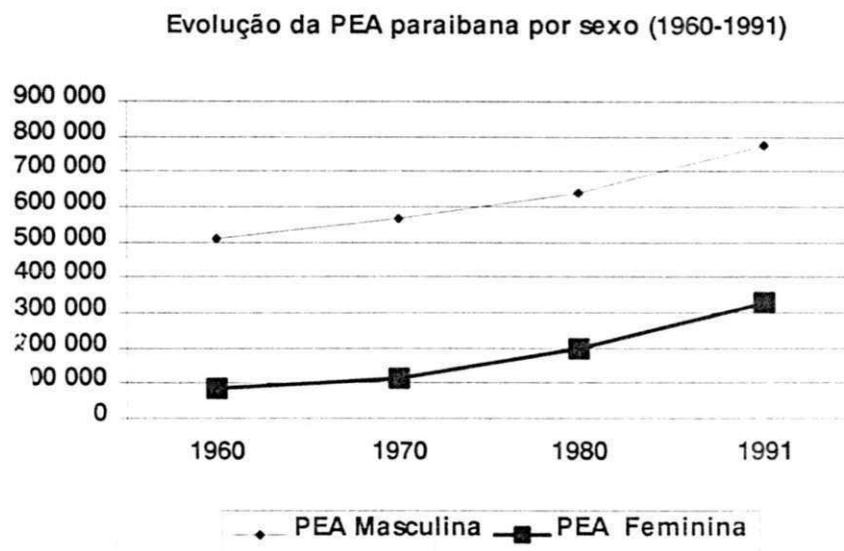
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Tabela 4.2
Evolução da PEA masculina total da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA Masculina	Variação		
		Anos	Va	%
1960	508.868	1970/60	56.047	11,01
1970	564.915	1980/70	77.376	13,70
1980	642.291	1991/80	130.983	20,4
1991	773.274	1991/60	264.406	51,96

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 4.1 e 4.2

Tabela 4.3

Evolução da PEA por sexo em relação a PEA total da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA Total	Masculina	Feminina
1960	595.354	85,47	14,53
1970	675.109	83,68	16,35
1980	843.166	76,18	23,78
1991	1.103.940	70,05	29,95

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

A participação das mulheres urbanas, comparadas as rurais, cresceu ainda mais no mesmo período. Como bem podemos ver (Tabela 5) a participação das mulheres urbanas na PEA paraibana cresceu consideravelmente. Em 1970, esta estimava-se em torno de 70.027, passando para 138.467 em 1980, o que representou um crescimento de 97,7%. De 1980 para 1991 o número de mulheres na PEA urbana cresceu 124.849, alcançando uma taxa de 90%, um pouco menor que a década anterior. O período estudado revelou um aumento gritante de 276% (193.289), principalmente quando comparado aos homens (Tabela 5.1), que alcançaram um crescimento bem inferior ao das mulheres no período citado, de 134,6% (266.395).

Tabela 5
Evolução da PEA feminina urbana da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA urbana	Variação		
		Anos	Va	%
1960	–	–	–	–
1970	70.027	1980/70	68.440	97,73
1980	138.467	1991/80	124.849	90,17
1991	263.316	1991/70	193.289	276,02

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Tabela 5.1

Evolução da PEA masculina urbana da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA masculina	Variação		
		Anos	Va	%
1960	-	-	-	-
1970	197.808	1980/70	105.534	53,35
1980	303.342	1991/80	160.861	53,03
1991	464.203	1991/70	266.395	134,67

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

A situação no meio rural é também de crescimento, embora em níveis mais modestos, pelo menos para as mulheres, porque o seu crescimento na PEA rural (Tabela 6) entre 1980/70 foi de 21.541, somados 5342 entre 1991/80, fazendo com que o mercado de trabalho ganhasse mais 26.883 mulheres no período todo, com um crescimento global entre 1970-1991 de 66,4%. Verifica-se, através destes números, que a PEA feminina cresceu muito mais nas cidades (276%) do que no campo.

O grande aumento do contingente de mulheres urbanas na PEA paraibana fez com que a mulher rural perdesse importância relativa no contingente de trabalhadoras. Ao compararmos a PEA feminina rural com a PEA feminina total (Tabelas 4.1 e 6), notamos que elas representavam 36% do total de trabalhadoras passando para 20% no ano de 1991, enquanto que as mulheres urbanas ganharam importância, como vimos anteriormente.

Com relação ao número de trabalhadores rurais, a Paraíba perdeu 7,5% (27.758) no período 1970/80, 8,9% (30.278) no período 1991/80, alcançando, portanto, uma perda de 15,8% no período todo (Tab.6.1). Podemos perceber ainda, através da tabela.

5.1, que embora a participação do homem na PEA rural seja superior a da mulher, ele perdeu importância ao longo do período, ao passo que a mulher ganhou. Isso em função dos comportamentos contrários do contingente masculino, que diminuiu ao passo que o feminino aumenta.

Tabelas 6
Evolução da PEA feminina rural da Paraíba (1960-1991)

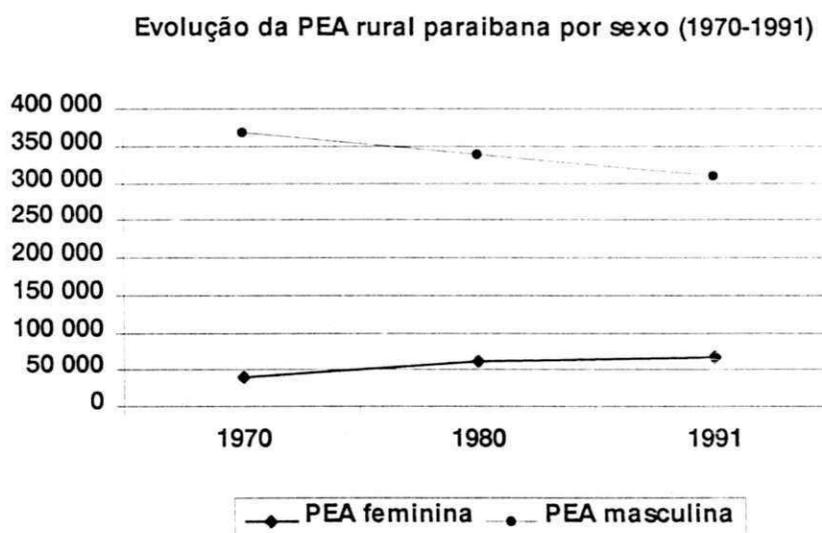
ANOS	PEA feminina	Variação		
		Anos	Va	%
1960	—	—	—	—
1970	40.467	1980/70	21.541	53,23
1980	62.008	1991/80	5.342	8,62
1991	67.350	1991/70	26.883	66,43

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Vimos, assim, que o período apresentou um grande aumento da PEA feminina e que a década de setenta revelou o surto desse crescimento tanto na zona urbana como na zona rural. Ocorre que nas cidades o número de mulheres trabalhadoras quase dobrou a cada década (Tabela 5). Isso significa um novo padrão de crescimento da PEA feminina que se consolida nas cidades. No campo, o crescimento mais expressivo foi observado na década de setenta com 53%, pois na década de oitenta esta cresceu apenas 8%. Assim, no campo, a década de setenta apresenta o crescimento mais importante da PEA rural. Esse processo de crescimento, portanto, foi mais importante para as mulheres que para os homens.

Essas características de crescimento da PEA feminina paraibana acompanharam a realidade brasileira e nordestina, como já dissemos. Segundo BRUSCHINI (1989), esta tem crescido significativamente e de forma contínua, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais. Apesar desse crescimento na força de trabalho feminina brasileira e paraibana, ela segue sendo masculina e com um crescimento maior para a zona urbana.

Gráfico 4



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 6 e 6.1

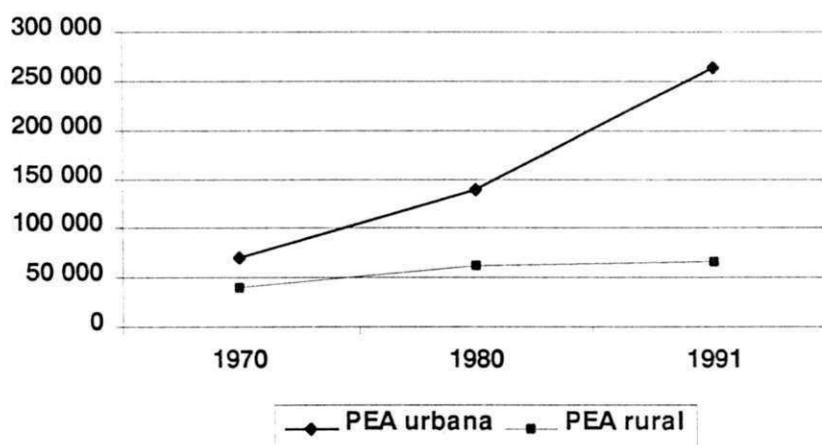
Tabela 6.1
Evolução da PEA masculina rural da Paraíba (1960-1991)

ANOS	PEA masculina	Variação		
		Anos	Va	%
1960	-	-	-	-
1970	367.107	1970/80	-27 758	-7,56
1980	339.349	1991/80	-30 278	-8,92
1991	309.071	1991/70	-58 036	-15,81

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970, tab. 1
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991, tab. 1

Gráfico 5

Evolução da PEA feminina paraibana por situação de domicílio (1970-1991)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 5 e 6.

2.3 Evolução das Taxas de Atividade Feminina na Paraíba no período de 1960-1991

Além da participação da mulher na PEA, a ampliação da presença da mulher na força de trabalho da Paraíba pode ser constatada, também, através das taxas de atividade, que relacionam as mulheres que trabalham com a população feminina de 10 anos ou mais. Essa taxa cresceu de forma perceptível, como reflexo do grande aumento da PEA feminina do estado (tanto urbano quanto rural). De acordo com a tabela 7, a taxa cresceu 11,9% (1960) e 26,3% (1991), e aumentou em todos os anos analisados. As taxas de atividade masculina cresceram mas não mais do que as das mulheres, isso reforça a afirmativa de que apesar do mercado de trabalho ser masculino, as mulheres alcançaram um crescimento favorável de sua participação no mesmo, em detrimento dos homens.

Tabela 7
Evolução das taxas de atividade feminina da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Total de Mulheres	PEA feminina	
		Total	%
1960	726.994	86.486	11,9
1970	860.874	110.494	12,84
1980	1.033702	200.475	19,39
1991	1.256.187	330.666	26,32

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

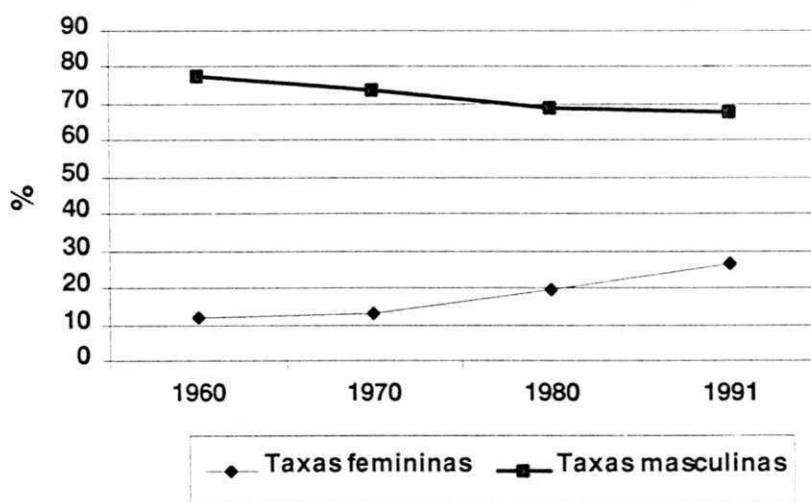
Tabela 7.1
Evolução das taxas de atividade masculina da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Total de Homens	PEA masculina	
		Total	%
1960	656.469	508.868	77,50
1970	764.115	564.915	73,90
1980	929.572	642.291	69,10
1991	1.139.348	773.274	67,80

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

Gráfico 6

Evolução das taxas de atividade da população
paraibana por sexo (1960-1991)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 7 e 7.1.

Considerando a situação de domicílio, as taxas feminina urbana são superiores as taxas feminina rural, mas ambas apresentaram crescimento de forma considerável. As tabelas 8 e 8.1 mostram que a taxa urbana era de 18%, chegando a 31,1% em 1991. Já a taxa rural, passa de 8,5% em 1960 para 16,% em 1991(Tabelas 9 e 9.1).

No que diz respeito aos homens, os dados mostram que as taxas ficaram muito aquém das taxas das mulheres. Para os homens urbanos, elas passaram de 62,8% em 1970, para apenas 64,3% em 1991. No que se refere as taxas masculina rural, estas decresceram, passando de 81,6% em 1970, para 73,9% em 1991.

Tabela 8
Evolução das taxas de atividade feminina urbana da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Mulheres urbanas	PEA urbana	%
1960	274.957	-	-
1970	387.475	70.027	18,07
1980	577.401	138.467	23,98
1991	845.074	263.316	31,16

Fonte: FIBGE, Censos Demograficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demograficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

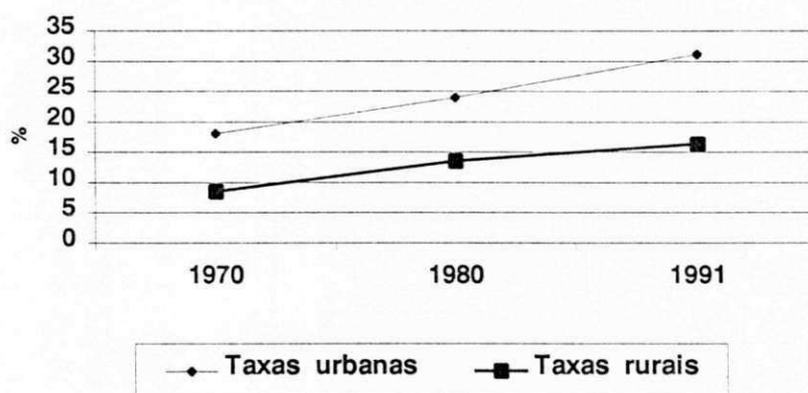
Tabela 8.1
Evolução das taxas de atividade masculina urbana da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Homens urbanos	PEA urbana	%
1960	219.873	—	—
1970	314.650	197.808	62,87
1980	486.204	303.342	62,39
1991	721.456	464.203	64,34

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demográficos (mao-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

Gráfico 7

Evolução das taxas de atividade feminina da Paraíba por
situação de domicílio (1970-1991)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabela 8 e 9.

Uma afirmação importante feita por BRUSCNINI (1985), com relação as taxas de atividade do Brasil, e que também se verifica na realidade paraibana, é que os homens trabalham mais intensamente no campo do que nas cidades, ao contrário do que ocorre com as mulheres. Embora esta realidade tenha mudado, relativamente (mas não devemos esquecer também do problema de subnumeração do trabalho).

Tabela 9
Evolução das taxas de atividade feminina rural da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Mulheres Rurais	PEA Rural	%
1960	452.037	–	–
1970	473.399	40.467	8,55
1980	456.301	62.008	13,59
1991	411.113	67.350	16,38

Fonte: FIBGE, Censos Demograficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demograficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab.1

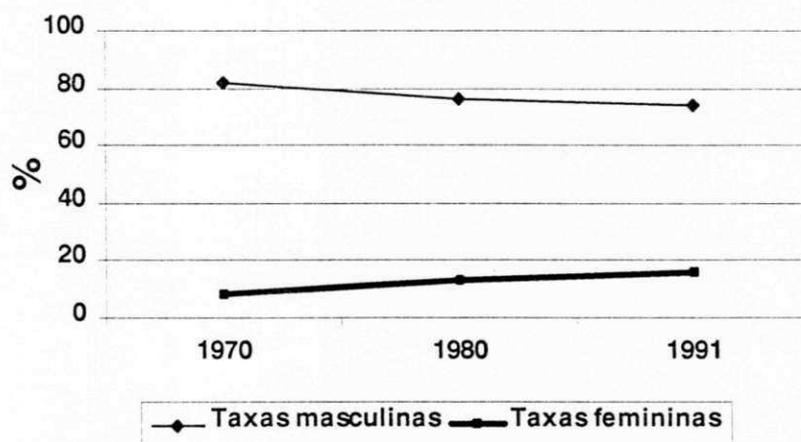
Tabela 9.1
Evolução das taxas de atividade masculina rural da
Paraíba (1960-1991)

ANOS	Homens Rurais	PEA Rural	%
1960	436.596	-	-
1970	449.465	367.107	81,68
1980	443.368	339.349	76,54
1991	417.892	309.071	73,96

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos da Paraíba de 1960 e 1970
Censos Demográficos (mão-de-obra) da Paraíba de 1980 e 1991
tab. 1

Gráfico 8

Evolução das taxas de atividade rurais da Paraíba
por sexo (1970-1991)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados das tabelas 9 e 9.1.

Percebe-se que mesmo levando em consideração as deficiências nos critérios de captação dos dados nas fontes utilizadas, a tendência do crescimento das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres rurais, existe. Contudo, se dentro dessas taxas estivessem incluídas as atividades domésticas, elas alcançariam níveis bem mais elevados, iguais ou até superiores aos masculinos. Estas atividades estão na condição de inatividade, tal como é definida pelas estatísticas. E essa subnumeração do trabalho feminino nas atividades agrícolas, como já mencionamos, é ainda maior.

A verdade é que, independente de qualquer problema e, sem esquecermos dele, vemos claramente que a participação das mulheres rurais no mercado de trabalho cresceu. A sua participação na PEA foi observada e, conseqüentemente suas taxas de atividade, apesar de ainda não apresentar os mesmo níveis que a dos homens, pelo menos da forma que é colocado nos dados.

Num contexto econômico são várias as razões pelas quais os estudos apontam para esse fato. Em primeiro lugar, o dinamismo que o capitalismo brasileiro viveu no período logo após a Segunda Guerra Mundial que repercutiu em transformações de ordem econômica social e demográfica. Isso afetou na década de setenta o nível e a composição interna da força de trabalho. Num quadro de expansão econômica crescente, urbanização e ritmo acelerado da industrialização, configura-se um momento de crescimento econômico favorável à incorporação de novos trabalhadores. Ampliam-se, assim, as oportunidades de trabalho para a grande camada da população, embora, vale destacar, o grande crescimento da década de setenta tenha sido realizado às custas do aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho, especificamente as das camadas pobres da sociedade, está ligado à deterioração dos salários reais que as obrigou à busca de uma complementação para a renda familiar. Por outro lado, a

elevação das expectativas de consumo, face à proliferação de novos produtos, e também, às transformações nos padrões de comportamento e nos valores relacionados ao papel da mulher, foi intensificado pelos impactos dos movimentos feministas, que resultam também, de transformações demográficas, culturais e sociais.

No início dos anos oitenta, com a interrupção do período de crescimento econômico, no Brasil é desencadeada uma aguda crise econômica e uma intensa recessão. É modificado o quadro de crescimento da década anterior, provocando aumentos nas taxas de inflação e desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para as ocupações do setor informal, refletindo-se sobretudo no aumento de autônomos e no subemprego¹⁰. Dentro desse quadro seria comum afirmar que as mulheres seriam as primeiras a serem expulsas do mercado de trabalho neste período de crise, mas isso não ocorreu. Os próprios dados, como vimos, revelaram que a participação da mulher nas atividades econômicas manteve-se elevada mesmo no período recessivo.

Quando se tenta interpretar o comportamento da força de trabalho feminina nesses anos, ou seja, na década de oitenta, há quem diga que as mulheres estariam trabalhando cada vez mais, forçadas pela necessidade econômica, e intensificada com a deterioração dos salários reais. Essa afirmação, embora seja válida, não deve ser considerada como explicação única, pois

" A elevação, nos anos setenta, das expectativas de consumo em face da proliferação de novos produtos e da grande promoção que dele se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica, não só para as famílias das camadas médias, mas também para as de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Mudanças nos

¹⁰ Para uma visão mais ampla da Economia brasileira nas décadas de setenta e oitenta ver a excelente obra de ABREU (1992).

padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher facilitam a oferta de trabalhadoras, para os que também contribuem a expansão da escolaridade e a queda da fecundidade que se acentua na década de setenta, graças ao uso intensivo de anticoncepcionais em todas as camadas da população. Trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico adquire novas possibilidades de definição, que se expressam de maneiras diferentes em cada sociedade..." (BRUSCHINI, 1990: 226).

Tantas mudanças podem explicar portanto, a persistência da atividade feminina no período de crise. Entretanto observa-se a concentração das trabalhadoras em alguns guetos ocupacionais.

"A necessidade de complementar a renda familiar do trabalhador, desgastada pela queda do poder real dos salários. Premidas pela necessidade econômica e pela impossibilidade de garantir, com o salário do chefe, o sustento de todo o grupo, as famílias seriam forçadas a lançar mão do trabalho de outros membros, especialmente suas mulheres e filhos" (BRUSCHINI, 1985: 71).

No início dos anos noventa, de acordo com BRUSCHINI, essa realidade não mudou muito apesar das diretrizes econômicas implantadas pelo governo Collor, que teve como efeito uma crise e conseqüente queda no nível de emprego. A força de trabalho no Brasil, em 1990, cresce principalmente nas fontes estatísticas a partir de 1992 quando é ampliado o conceito de trabalho .

As pesquisas realizadas baseadas nos dados das PNADs, pela autora acima citada, comprovam isto. As taxas de atividade feminina em 1990, por exemplo, cresceram de 75% para 78%, em 1995. Mas, como alerta a própria autora, é preciso ter cuidado para interpretar o crescimento do trabalho feminino a partir de 1990, uma vez que, parte dele foi provocado pela ampliação do conceito de trabalho, que passou a incluir as atividades para o auto consumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho.

Esse processo se deu de forma global no Brasil, mas é importante a comparabilidade com outras regiões já que a economia nordestina e sua força de trabalho também passaram por transformações. A região Nordeste, e conseqüentemente a Paraíba, tem acompanhado o que se observou no Brasil durante igual período, como afirmamos anteriormente.

Apesar do fraco desempenho que teve a região, BRUSCHINI observou que houve crescimento econômico no período 1960-80, expandindo-se, sobretudo em 1970, o emprego não agrícola, embora tenha havido predomínio das atividades informais. Isso foi possível através dos programas especiais conduzidos pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste) desde o final dos anos 50. A oferta de trabalho cresce, durante a crise, por efeito da seca na região, em 1979, sendo tomadas várias medidas de efeito protecionista, dos quais destaca-se a abertura de 'frentes de trabalho'¹¹.

No que se refere às condições de trabalho e de vida das mulheres rurais, elas são melhor entendidas quando se considera a modernização da agricultura, principalmente aquela organizada nos moldes de produção familiar que, em geral, inclui a participação das mulheres não só como reprodutoras das condições de produção, mas também como participantes direta na produção. Esse processo de modernização que deixou à margem os pequenos produtores levou as mulheres a tentarem a diversificação de suas atividades para sobreviver, assumindo (a mulher rural), um grande papel a medida que vai em busca de trabalho fora da unidade familiar como estratégia de sobrevivência do grupo doméstico.

¹¹ Refere-se .. um programa de abertura de empregos alternativos e temporários para assistir vítimas de calamidades (como por exemplo aquelas causadas pela seca).

2.4 Conclusão

A análise dos dados referentes ao número de mulheres rurais no mercado de trabalho paraibano, no período de 1960-1991, nos permitiu observar que o número de mulheres com 10 anos ou mais cresceu no estado na ordem de 73,5%, um pouco mais que os homens. O que representa, por sua vez, mais de 50% do total da população do estado. O estado perdeu, porém, 9% das mulheres residentes no meio rural no período em análise, o que significa a saída dessas mulheres para o meio urbano do estado, ou mesmo para outros estados. A Paraíba, todavia, continuou feminina, ou seja, com mais mulheres nas cidades; e o campo, com mais homens em 1991, a medida que saíram mais mulheres do mesmo que homens. Isso denota possivelmente a saída de muitas mulheres em busca de melhores condições de vida nas cidades.

Foi possível perceber, ainda, o grande e importante crescimento de 282% da participação das mulheres na PEA do estado. As mulheres rurais, por sua vez, acompanharam este crescimento em 66% no período, mostrando que, mesmo com a saída de algumas mulheres da área rural, as que permaneceram correram em busca de trabalho, embora, esse crescimento tenha sido mais significativo no meio urbano.

Essa realidade foi comprovada tanto pelo aumento da participação das mulheres na PEA rural e urbana, como também pelo aumento das taxas de atividade rural (que cresceram 16%) e urbana, não nos deixando assim nenhum espaço para dúvidas. Porém, não devemos esquecer que esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho está, também, relacionado ao aprimoramento do quesito sobre trabalho que passou a considerar as atividades esporádicas de algumas mulheres.

CAPITULO 3

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA PEA RURAL PARAIBANA, SEGUNDO FATORES ESTRUTURAIS E INDIVIDUAIS

3.1 Fatores Estruturais

3.1.1 Ocupação das mulheres rurais

A modernização da agricultura e o crescimento das atividades urbanas têm provocado, nas últimas décadas, mudanças significativas na composição setorial do emprego do estado. A distribuição dos trabalhadores pelos ramos de atividades confirma um certo movimento entre os setores. Essa distribuição, por sexo, mostra uma participação diferenciada, sugerindo que o mercado de trabalho oferece oportunidades distintas, segundo as características pessoais dos trabalhadores.

A população rural trabalhadora do estado se distribuía de forma a se concentrar no setor primário, em que assumia maior importância relativa, em 1960, mas essa importância decresceu durante o período 1960-91, seguido da indústria (setor secundário) e do comércio de mercadorias (setor terciário) que, ao contrário, ganham importância cada vez mais crescente especificamente para as mulheres. As

oportunidades de emprego estão concentradas no terciário "e, dentro dele, no ramo de serviços onde se encontra alguns dos empregos de mais baixo prestígio remunerado"(BRUSCHINI, 1980:32). Este setor, por sua vez, ganhou cada vez mais importância em detrimento do primário em que se concentram as atividades agropecuárias. Percebe-se um declínio relativo da capacidade de absorção de mão-de-obra por parte do setor primário do estado,

"(...) observa-se, portanto, ao longo da segunda metade do século XX a quebra da hegemonia das atividades primárias, tanto na geração de riqueza quanto na absorção da força-de-trabalho. Acontece a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, com todas as vantagens e problemas daí decorrentes" (MOREIRA & TARGINO, 1997:181).

Como vemos na tabela 10.2, houve um aumento expressivo de trabalhadoras nas atividades industriais, em 1960-91, de 317,8%, mais do que de trabalhadores que foi de 112,6%. No terciário, os ramos que mais cresceram, no caso das mulheres, foram os de transporte e comunicação (com 514,2%), administração pública (364,4%) e ensino (271,8%). No caso do homens, foram a administração pública (1.861,4%), ensino (429,4%) e comércio (250,2%), mostrando uma expressiva entrada dos mesmos na administração pública.

Levando em consideração os valores absolutos das variações da PEA (Tabela 10) vemos entretanto que a participação feminina recuou em 4.876 empregos na agricultura (e 95.571 da participação masculina). Ao lado disso a indústria ganhou 3.792 novos operários mulheres e 5.164 homens. O setor terciário teve um maior ganho de mulheres rurais na atividade de ensino com 11.109 postos de trabalho, uma atividade que, embora tenha crescido para os homens, é mais expressiva para as mulheres. Em seguida, a prestação de serviços ganhou 3.758 trabalhadoras. A administração pública

empregou mais 2.781 mulheres. Além disso, o item 'outros' abrigou 4.916 novas trabalhadoras. Os demais itens mesmo eventualmente com altas taxas de crescimento, deram contribuições menos importantes.

O que se destaca portanto, é que as atividades agropecuárias perdem um certo contingente de trabalhadores de ambos os sexos. A perda maior foi para os homens (27%); a menor, para as mulheres (16%). (Tabela 10.2)

Como observa BRUSCHINI (1980), as trabalhadoras sempre estiveram concentradas em determinados setores da economia e em ocupações específicas, pois constata-se, através da PEA brasileira não agrícola, que a presença feminina sempre foi marcante na prestação de serviços, atividades sociais e na indústria. É constatado ainda o aumento percentual da participação feminina na PEA, em todos os setores, mas essa participação na prestação de serviços (embora este ramo continue a mostrar uma feição nitidamente "feminina"), é suplantado pelo das atividades sociais, principalmente na área de ensino. Ao mesmo tempo, amplia-se também a presença feminina no comércio e na administração pública.

Tal realidade é confirmada no caso do estado da Paraíba. Observando a tabela 10.1, vemos que no período as mulheres, mesmo morando no meio rural, conseguiram aumentar, relativamente, sua presença na indústria, e ampliaram também de maneira significativa a sua participação no setor comercial e de ensino, enquanto se "retiraram" do setor agropecuário. Na década de oitenta, o impacto da crise econômica provocou uma retração na oferta de emprego na indústria brasileira. A participação feminina no setor cresceu bem menos que na década anterior, perdendo sobretudo importância relativa. Esse movimento explica a elevação percentual de outros setores, principalmente aqueles que abriram ocupações que não têm vínculos com o mercado de trabalho, e seja, que fazem parte do mercado informal.

É perceptível, enfim, a perda de importância relativa da participação feminina nas atividades agropecuárias, em detrimento do aumento significativo dos demais setores. A distribuição ocupacional do meio rural paraibano, portanto, ocorre da seguinte forma: o número de trabalhadoras do setor primário caiu de 28.842 para 23.966 ou 16,9% (Tabelas 10 e 10.2), menos do que o número de trabalhadores (27,8%) no período, perdendo, também, importância relativa (Tabela 10.1). Já o setor terciário ganhou importância significativa ao longo do período, principalmente para as atividades de prestação de serviços e ensino. O número de trabalhadoras nestes setores cresceu de 4.721 para 8.479 ou 70,2% e de 4.124 para 15.333 ou 271,8% respectivamente, o número de trabalhadores também cresceu de 95,4% e 429,4%, até mais do que as trabalhadoras.

Ao compararmos a PEA rural com a PEA urbana (Tabela 10 e 11), iremos perceber que a participação das mulheres urbanas na PEA do estado cresceu em todas as atividades, inclusive nas atividades agropecuárias, diferentemente do que aconteceu com as mulheres rurais; isso ocorreu também no caso dos homens. A participação das mulheres urbanas nas atividades agropecuárias cresceu 104% no período, mais do que para os homens, que cresceu apenas 66,6%. Porém, não devemos esquecer que, apesar de uma queda relativa, a maioria do pessoal ocupado na agricultura é, sem sombra de dúvida, moradora da zona rural, (71,8% das mulheres e 73,8% dos homens). Ser moradora do meio rural portanto, é uma das principais características da mulher trabalhadora do campo.

Tabela 10
Evolução da PEA rural paraibana por sexo, segundo ramos e classes
de atividades (1970-1991)¹²

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADES	PEA Rural			
		1970	1980	1991*
PRIMÁRIO				
Agric. Silv. Pecuária extração veg. e pesca	Mulheres	28.842	37.455	23.966
	Homens	343.709	297.142	248.138
SECUNDÁRIO				
Indústria de transf. outras ativ. Industriais	Mulheres	1.193	5.263	4.985
	Homens	4.585	8.799	9.749
	Mulheres	25	11	29
	Homens	4.410	7.312	8.184
TERCIÁRIO				
Comércio de Mercadorias	Mulheres	358	845	1.254
	Homens	3.476	4.492	7.990
Transp. e comunicação	Mulheres	28	55	172
	Homens	1.928	2.381	2.616
Prestação de serviços	Mulheres	4.721	4.891	8.479
	Homens	1.058	1.824	4.542
Ensino	Mulheres	4.124	9.623	1.333
	Homens	268	584	1.419
Administração pública	Mulheres	763	360	3544
	Homens	122	997	2.393
OUTROS**	Mulheres	413	3.505	5.329
	Homens	7.551	15.818	15.309
TOTAIS	Mulheres	40.467	62.008	63.091
	Homens	367.107	339.349	300.340

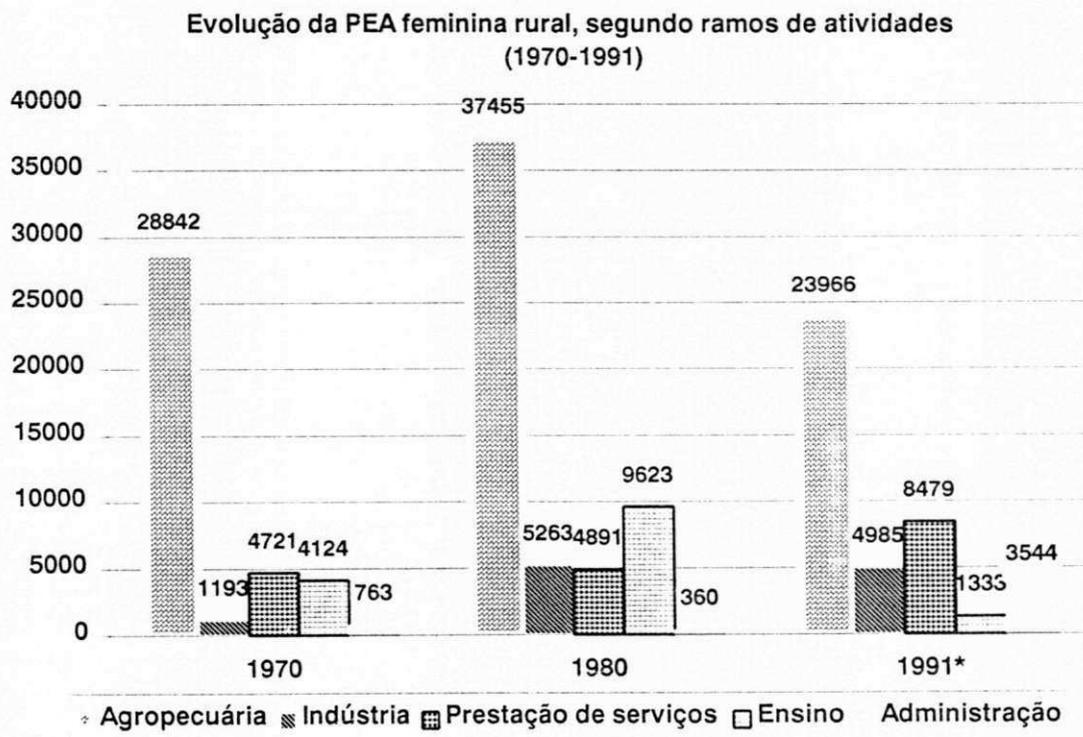
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970, 1980 e 1991, tab.1.2

* 1991- Os dados expostos aqui são apenas do pessoal ocupado e não da PEA

**OUTROS - Estão incluídas as atividades do setor primário e terciário como: extração mineral, instituições de crédito, comércio e administração de imóveis, serviços técnicos profissionais, serviços auxiliares das atividades econômicas, serviços comunitários e sociais, serviços médicos, defesa nacional e segurança pública, organizações internacionais.

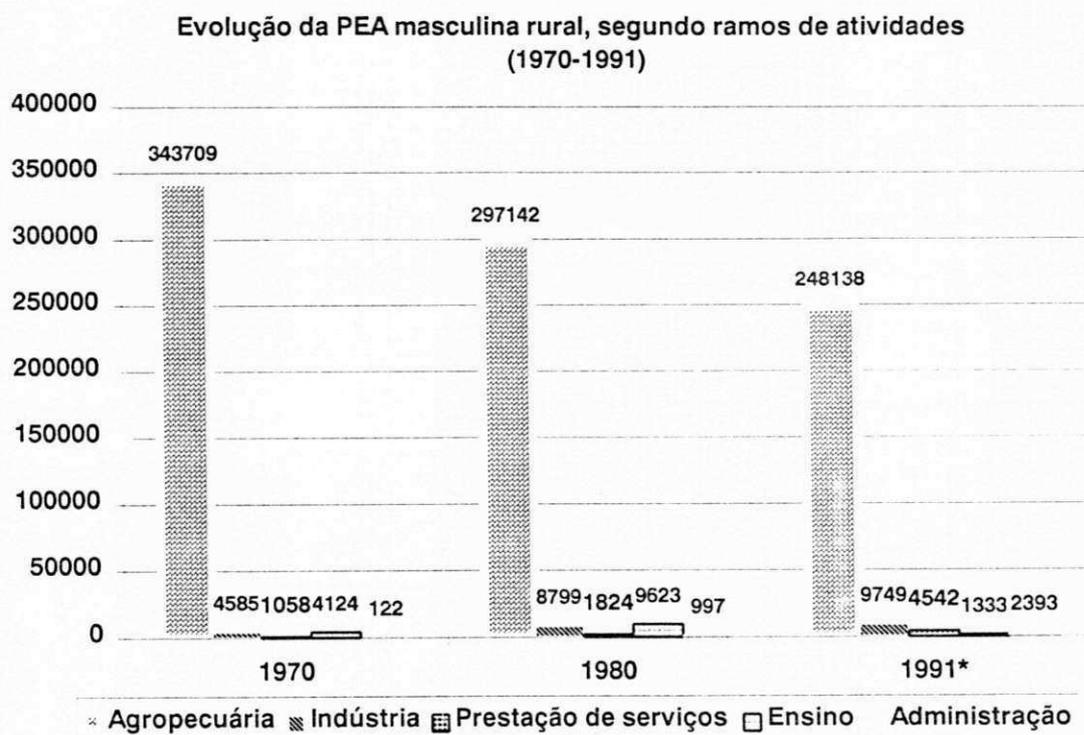
¹² O censo de 1960 não analisa essa categoria estratificando por situação de domicílio.

Gráfico 9



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 1

Gráfico 9.1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 10.

Tabela 10.1

Distribuição relativa da PEA rural paraibana por sexo, segundo ramos e classe de atividades (1970-1991)

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADES	PEA Rural			
		1970	1980	1991
<u>PRIMÁRIO</u>				
Agric. Silv. Pecuária extração veg. e pesca	Mulheres	71,27	60,32	37,99
	Homens	93,63	87,56	82,62
<u>SECUNDÁRIO</u>				
Indústria de transf. outras ativ. Industriais	Mulheres	2,95	8,49	7,9
	Homens	1,25	2,59	3,24
	Mulheres	0,06	0,02	0,04
	Homens	1,2	2,15	2,73
<u>TERCIÁRIO</u>				
Comercio de Mercadorias	Mulheres	0,88	1,36	1,99
	Homens	0,96	1,32	2,66
Transp. e comunicação	Mulheres	0,07	0,09	0,27
	Homens	0,52	0,7	0,87
Pres. ção de serviços	Mulheres	11,66	7,88	13,44
	Homens	0,29	0,26	0,64
Ensino	Mulheres	10,19	1,52	24,3
	Homens	0	0,17	0,47
Administração pública	Mulheres	1,88	0,58	5,62
	Homens	0,03	0,29	0,8
OUTROS	Mulheres	1,02	5,65	8,45
	Homens	2,06	4,66	5,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970, 1980 e 1991 tab. 1.2

Tabela 10.2

Varição da PEA rural paraibana por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991)

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADES		Variação (%)		
		1980/70	1991/80	1991/70
<u>PRIMÁRIO</u>				
Agric. Silv. Pecuária extração veg. e pesca	Mulheres	29,86	-36,01	-16,9
	Homens	-13,55	-16,49	-27,8
<u>SECUNDÁRIO</u>				
Industria de transf.	Mulheres	341,15	5,28	317,85
	Homens	91,47	11,05	112,63
outras ativ. Industriais	Mulheres	-56	163,63	16
	Homens	65,8	11,92	85,56
<u>TERCIÁRIO</u>				
Comercio de Mercadorias	Mulheres	136,03	48,4	250,28
	Homens	29,23	77,87	129,86
Transp. e comunicação	Mulheres	96,43	212,73	514,28
	Homens	23,49	9,87	35,68
Prestação de serviços	Mulheres	0,2	69,83	70,26
	Homens	1,45	133,93	95,46
Ensino	Mulheres	133,34	59,33	271,8
	Homens	117,91	142,98	429,48
Administração pública	Mulheres	-52,82	884,44	364,48
	Homens	717,21	140,02	1861,47
OUTROS	Mulheres	748,67	52,04	1190,31
	Homens	109,48	3,22	102,74
TOTAL	Mulheres	53,23	1,75	55,91
	Homens	7,56	11,49	18,19

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970, 1980 e 1991, tab. 1.2

Tabela 11
Evolução da PEA urbana paraibana por sexo, segundo
ramos e classes de atividades (1970-1991)

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADES	PEA Urbana			
		1970	1980	1991
<u>PRIMÁRIO</u>				
Agric. Silv. Pecuária	Mulheres	4.068	8.794	9.375
extração veg. E pesca	Homens	52.899	69.518	88.173
<u>SECUNDÁRIO</u>				
Indústria de transf.	Mulheres	184	12.288	17.211
	Homens	19792	41.455	53.144
outras ativ. Industriais	Mulheres	187	390	1.437
	Homens	20.927	39.846	44.941
<u>TERCIÁRIO</u>				
Comércio de Mercadorias	Mulheres	5.247	14.898	28.081
	Homens	30.596	45.687	75.459
Transp. e comunicação	Mulheres	669	1047	1.806
	Homens	13.896	19.532	24.793
Prestação de serviços	Mulheres	32.282	47.139	79.117
	Homens	14.022	27.060	56.258
Ensino	Mulheres	10.544	23.502	48.514
	Homens	2.262	7.460	14.949
Administração pública	Mulheres	3222	7.423	26.438
	Homens	10.573	14.786	29.212
OUTROS	Mulheres	9219	23.466	36.831
	Homens	24.946	37.998	48.614
TOTAIS	Mulheres	70.027	138.467	245.620
	Homens	197.808	303.342	435.543

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970, 1980 e 1991, tab.1.2

Tabela 11.1

Distribuição relativa da PEA urbana paraibana em termos relativos por sexo, segundo ramos e classes de atividades (1970-1991)

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADES		PEA Urbana		
		1970	1980	1991
<u>PRIMÁRIO</u>				
Agric. Silv. Pecuária extração veg. e pesca	Mulheres	6,55	6,35	3,82
	Homens	26,74	22,92	20,24
<u>SECUNDÁRIO</u>				
Indústria de transf.	Mulheres	5,81	8,87	7
	Homens	10	13,66	12,2
outras ativ. Industriais	Mulheres	0,26	0,28	0,58
	Homens	10,58	13,13	10,32
<u>TERCIÁRIO</u>				
Comercio de Mercadorias	Mulheres	7,49	10,76	11,43
	Homens	15,47	15,06	17,32
Transp. e comunicação	Mulheres	0,95	0,76	0,73
	Homens	7,02	6,44	5,69
Prestação de serviços	Mulheres	46,09	34,04	32,21
	Homens	7,08	8,92	12,92
Ensino	Mulheres	15,06	16,97	19,75
	Homens	3,23	2,46	3,43
Administração pública	Mulheres	4,6	5,36	10,76
	Homens	5,34	4,87	6,71
OUTROS	Mulheres	13,16	16,95	14,99
	Homens	12,61	12,53	11,16

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970, 1980 e 1991, tab. 1.2

Tabela 11.2
 Variação da PEA urbana paraibana por sexo, segundo ramos e
 classes de atividades (1970-1991)

RAMOS E CLASSE DE ATIVIDADES		Variação (%)		
		1980/70	1991/80	1991/70
<u>PRIMÁRIO</u>				
Agric. Silv. Pecuária	Mulheres	91,51	6,61	104,16
extração veg. E pesca	Homens	31,42	26,83	66,68
<u>SECUNDÁRIO</u>				
Indústria de transf.	Mulheres	202,06	40,06	323,08
	Homens	109,45	28,19	168,51
outras ativ. Industriais	Mulheres	111,96	268,46	680,98
	Homens	90,4	12,77	114,75
<u>TERCIÁRIO</u>				
Comércio de Mercadorias	Mulheres	183,93	88,49	435,18
	Homens	49,32	65,16	146,63
Transp. e comunicação	Mulheres	56,5	72,49	169,95
	Homens	40,56	26,93	78,42
Prestação de serviços	Mulheres	46,02	67,84	145,08
	Homens	92,98	107,9	301,21
Ensino	Mulheres	122,89	106,42	360,11
	Homens	229,79	100,39	560,87
Administração pública	Mulheres	130,38	256,16	720,23
	Homens	39,85	97,56	176,29
OUTROS	Mulheres	155	90,39	299,51
	Homens	52	27,93	94,87
TOTAL	Mulheres	97,73	77,38	250,75
	Homens	53,35	43,58	120,18

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mao-de-obra) de 1970, 1980 e 1991, tab.1.2

Todavia, é notório o peso das atividades agropecuárias na região, mesmo com o declínio sofrido por ele ao longo dos anos em favor das atividades do setor terciário. A distribuição setorial por sexo mostra que o mercado de trabalho oferece oportunidade distintas, segundo as características pessoais dos trabalhadores.

Vale destacar que a parcela feminina alocada em atividades informais é proporcionalmente sempre muito grande. Isso por que muitas das mulheres consideradas inativas estão realizando afazeres domésticos. Além disso, existem mulheres ocupadas no próprio domicílio, com atividades que são realizadas junto às tarefas domésticas, que são atividades remuneradas e que complementam o orçamento familiar, e que, por sua vez, não é captada pelas estatísticas oficiais. No campo, elas estariam incluídas no informal, as chamadas volantes ou bóias-frias, os parceiros, meeiros e trabalhadores não-remunerados¹³.

Uma outra questão importante, e que pode responder a esta saída das mulheres do campo, é a necessidade de uma articulação entre o trabalho na agricultura e o trabalho fora dela para manter a unidade familiar principalmente por causa da sazonalidade. A mulher exerce um papel importante nessa articulação na medida em que, muitas vezes, saem de suas casas para trabalharem fora como assalariadas, ou mesmo nas atividades informais como falamos anteriormente, a fim de complementarem suas rendas, já que a extraída da agricultura se torna muitas vezes insuficiente. Isso tornou-se mais significativo nas últimas décadas, pois

"No nordeste a percentagem de mulheres que migram do campo para as cidades tem sido elevado. Isso, em busca de uma oportunidade de trabalho, muitas vezes como doméstica, devido a falta de condições no campo e também, até como estratégia criada pela família para preservação da unidade de produção" (RAMALHO, 1996: 42)

¹³Conceitos explicados no item *posição na ocupação*.

Como se pode perceber, todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas (principalmente as mulheres) em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento das atividades agropecuárias, destacando-se, de modo especial, o setor de serviços. Esses dados permitem demonstrar que a PEA rural é muito maior do que a PEA agrícola, especialmente na segunda metade dos anos oitenta. Neste sentido, SILVA (1997: 43) chama a atenção para o que há de novo no meio rural brasileiro, procurando mostrar, através dos dados das PNADs para 1981 e 1990, que já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro como agrário:

"O comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoas, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro"

Na verdade uma série de mudanças que ocasionaram uma certa crise do setor agrícola, nos anos 80, impuseram, limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias, ganhando importância novas atividades como alternativas para aumentar as rendas dos trabalhadores sem a necessidade dos mesmos mudarem para as cidades. Em função disso,

"O rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agro-industriais. O meio rural ganhou por assim dizer novas funções e novos tipos de ocupações" (SILVA, op. cit.: 77).

Baseado nesta análise, podemos dizer que (e os dados comprovam essa afirmação) já não se pode falar do mundo rural identificando-o exclusivamente com a agricultura. Há um conjunto de atividades não-agrícolas como a prestação de serviços, o

comércio e indústria, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural. A mulher, por sua vez, assume um importante papel neste processo quando detectamos uma grande saída das mesmas para outras atividades no próprio meio rural ou mesmo quando mudou para as cidades no processo de êxodo rural.

3.1.2 Condições de Trabalho

Para analisarmos a evolução das trabalhadoras rurais segundo as condições de trabalho, tomaremos por base as trabalhadoras ocupadas¹⁴ no setor agropecuário do estado. Esse setor, embora seja caracterizado pelas mulheres residentes na zona rural, como vimos no item anterior, encontram-se também mulheres residentes na zona urbana. Já que não foi possível, à luz dos Censos Demográficos, obtermos esses dados estratificados por situação de domicílio, a análise será feita sem essa separação nítida. Como nosso interesse está centrado nas trabalhadoras do campo, independente de onde elas moram (sua realidade e transformações), acreditamos que isso não prejudica nossa pesquisa.

3.1.2.1 Posição na Ocupação¹⁵

¹⁴ Investigou-se a *ocupação principal*, conceituada como a ocupação (emprego, cargo, função, profissão ou ofício exercido) exercida durante o maior número de horas ou, no caso de igualdade, a que proporcionava maior rendimento (IBGE, Censo, 1991).

¹⁵ Classificam-se as pessoas quanto a *posição na ocupação* em: *Empregados*, assim entendidos os que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade; *Empregadores*, os que exploravam uma atividade econômica com o auxílio de um ou mais empregados; *Autônomos*, os que exerciam suas atividades por conta própria, individualmente ou com o auxílio de pessoas da família, que não recebiam remuneração; e *não remunerados*, as pessoas que, sem remuneração auxiliavam trabalho de pessoas da família e os que trabalhavam nesta mesma condição para instituições religiosas e beneficentes. Quanto *aos parceiros ou meeiros*: são pessoas que exploram ou exercem uma atividade econômica, recebendo pelo trabalho parte da produção e pagando pelo uso da terra com parte da produção. *Os volantes*, portanto, são aquelas pessoas sem trabalho fixo, que prestaram serviço em um ou mais estabelecimento, remunerada por tarefa, dia ou hora. (IBGE op. cit).

De acordo com BRUSCHINI (1980), o número de assalariados no Brasil cresceu consideravelmente nas décadas de setenta e oitenta, em resposta ao avanço do processo de consolidação de relações tipicamente capitalistas de trabalho. O aumento do grau de urbanização e desenvolvimento industrial, elevando o peso das atividades econômicas urbanas, e principalmente o processo de mecanização da agricultura, provocaram a intensificação das relações de trabalho assalariadas e, conseqüentemente, a ampliação dos "empregados" como posição ocupacional hegemônica. Observa-se ainda, como parte do mesmo processo, uma redução de autônomos e trabalhadores não remunerados.

A penetração do capital no campo gerou, pois, mudanças nas relações sociais de produção e, neste contexto de modificações, observa-se a presença de um elemento que é a força de trabalho remunerada da mulher,

" A participação do elemento feminino neste mercado de trabalho provoca a quebra de valores culturais, pois o patriarca rural não permite à mulher a venda de sua força de trabalho. Trabalhar para a família , a título de ajuda, sem remuneração, sob o comando do pai, marido ou irmão, e dificilmente para terceiros, constitui um panorama comum às áreas rurais do nordeste que, em geral, com escasso capital, utilizam técnicas tradicionais de cultivo"(FISCHER & ALBUQUERQUE, 1996: 57).

Não resta dúvida que, no estado da Paraíba, o processo de assalariamento também cresceu muito. Segundo alguns autores, o novo modelo de acumulação adotado pela agropecuária paraibana, a partir da década de setenta, foi responsável pela expansão do trabalho assalariado no campo¹⁶ observado nesse período, e esse crescimento foi comum a todas as mesorregiões do estado.

¹⁶ É importante observar que na classe de assalariado os que mais cresceram foram os volantes, caracterizados como assalariados temporários. Em 1980, por exemplo, de 130.742 empregados, 65.194 (52%) eram volantes e de 11.833 empregados 6.987 (59%) eram volantes. Em 1991, os volantes passaram a representar 53% dos assalariados e as volantes 68,8% das assalariadas (Tabela 12).

Esse processo de assalariamento no estado, por sua vez, se deu mais intensamente para os homens que para as mulheres. O crescimento deles foi de 15,68% em 1970/60, de 66,99% em 1991/80, caindo apenas em 1980/70, com 10,93%, mas alcançou ainda um crescimento de 114,31% no período todo (Tabela 12.2). Esse aumento do assalariamento provocou concomitantemente uma redução no número de trabalhadores não remunerados em 60% e de autônomos em 19%. Assim, vemos que os trabalhadores mais importantes em 1960 eram os autônomos seguidos dos não remunerados, mas em 1991 essa realidade se modifica, ganhando mais importância os assalariados a medida que houve uma redução dos não remunerados seguidos dos autônomos.

No caso das mulheres as categorias mais importantes são as não remuneradas, autônomas e empregadas. E a mudança mais importante durante o período analisado foi portanto a redução que a categoria não remunerada sofreu ao lado do aumento da importância relativa e absoluta das autônomas. Isso porque reforça a produção exercida pelas mulheres chefes de família (a medida que aumenta as autônomas) e aumenta o número de empregadas, embora em menor escala que as autônomas.

O crescimento das assalariadas ocorreu em índices menores do que os dos homens e de forma diferenciada. Em 1970/60, as mulheres assalariadas diminuíram (13,53%), em 1980/70 elas cresceram 145,9%. No período subsequente, porém, elas decresceram 24,97%, alcançando um crescimento de 59% no período todo. Já as autônomas passam a ser o grupo mais numeroso, relativamente, embora tenha alcançado um crescimento de apenas 20,5%, em todo o período (Tabela 12.2). O crescimento significativo das autônomas caracterizou uma diferença importante para o período. Enquanto em 1960 o grupo de não remunerados representava a maior parcela relativa, seguida das autônomas e das empregadas.

Em 1991 porém, o processo se inverte. As trabalhadoras autônomas passaram para o primeiro plano (41,5%), seguida das não remuneradas e continuando as empregadas num terceiro plano, embora tenham crescido significativamente em 59% (Tabela 12.1). É importante ressaltar ainda que, ao lado do crescimento das trabalhadoras assalariadas e autônomas cresceram também as parceiras e as meeiras.

Entre os homens a grande mudança é o aumento dos assalariados e a queda dos autônomos, denotando uma fragilização dos chefes de família, que pode estar relacionada à saída dos trabalhadores das unidades familiares. Por outro lado, esse processo força o aumento das chefes de família, em face do aumento das parceiras e meeiras (em 1960 e 1970) e autônomas que assumem o comando das explorações com a saída dos seus esposos. Dessa forma, afirma-se que "há vários indícios de crescimento econômico: aumento relativo de empregados e empregadores para ambos os sexos; declínio de autônomos(?) e de não remunerados"(FISCHER & ALBUQUERQUE op.cit.: 62).

Porém, é necessário chamar a atenção para o fato de que a transformação do produtor direto em assalariado não correspondeu, necessariamente, a uma melhoria do padrão de vida da população trabalhadora, especificamente a feminina. Apesar dos avanços, a maior parte da população (homens e mulheres) ocupada na atividade agrícola em 1991 era não remunerada ou recebia até um piso salarial.

Essa é uma dinâmica que acontece no país como todo, pois é um processo que responde ao avanço do processo de consolidação de relações tipicamente capitalistas de trabalho, e o ingresso do trabalhador assalariado passa a ser uma realidade a partir da mecanização da agricultura.

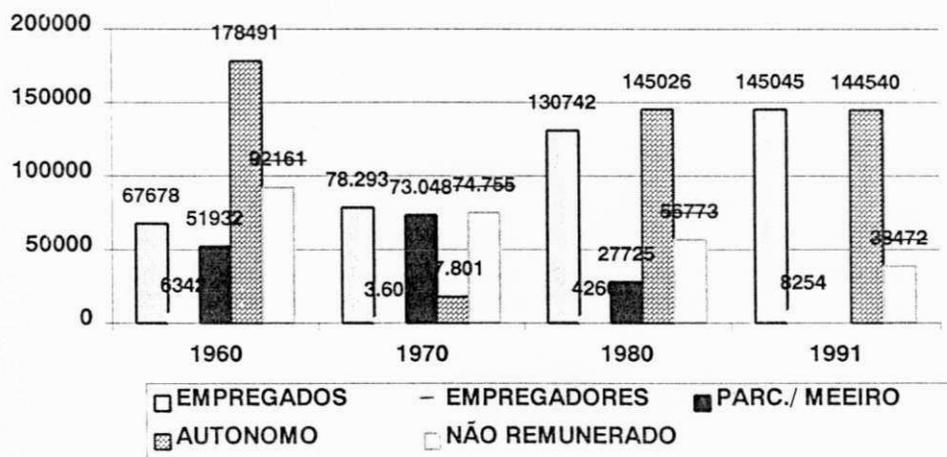
Tabela 12
Evolução da PEA na agropecuária da Paraíba por sexo, segundo
posição na ocupação (1960-1991)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
EMPREGADOS	67.678	78.293	130.742	145.045
EMPREGADORES	6.342	3.606	4.260	8.254
PARC./ MEEIRO	51.932	73.048	27.725	-
AUTONOMO	178.491	174.801	145.026	144.540
NÃO REMUNERADO	92.161	74.755	56.773	38.472
SEM DECLARAÇÃO	4	0	0	0
TOTAL	396.608	404.503	366.660	336.311
MULHER				
EMPREGADOS	5.581	4.826	11.833	8.878
EMPREGADORES	348	150	209	401
PARC./ MEEIRO	1.560	2.945	995	-
AUTONOMO	11.481	16.498	13.096	13.839
NÃO REMUNERADO	16.118	9.015	19.294	10.223
SEM DECLARAÇÃO		0	322	0
TOTAL	35.088	33.434	45.949	33.341

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) 1960, 1970, 1980 e 1991
tab. 1.8

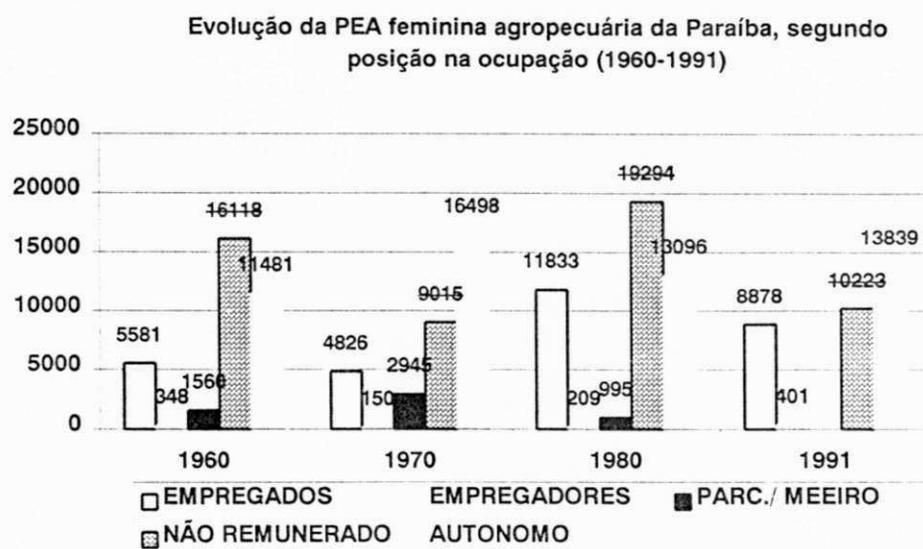
Gráfico 10

Evolução da PEA masculina agropecuária da Paraíba, segundo
posição na ocupação (1960-1991)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 12

Gráfico 10.1



Fonte; Elaboração própria com base nos dados da tabela 12.

Tabela 12.1

Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo,
segundo posição na ocupação (1960-1991)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
EMPREGADOS	17,06	19,35	35,65	43,13
EMPREGADORES	1,6	0,89	1,16	2,45
PARC./ MEEIRO	13,09	18,06	7,56	-
AUTONOMO	45	43,21	47,67	42,98
NÃO REMUNERADO	2,24	18,48	15,48	11,44
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0
MULHER				
EMPREGADOS	15,9	14,43	25,75	26,63
EMPREGADORES	0,99	0,45	0,45	1,2
PARC./ MEEIRO	4,44	8,81	2,16	-
AUTONOMO	32,72	49,34	28,5	41,51
NÃO REMUNERADO	45,93	26,96	4,99	30,66
SEM DECLARAÇÃO	0	0	,70	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) 1960, 1970, 1980 e 1991
tab. 1.8

Tabela 12.2
 Variação da PEA na agropecuária da Paraíba por sexo, segundo
 posição na ocupação (1960-1991)

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	1970/60	1980/70	1991/80	1991/60
HOMEM				
EMPREGADOS	15,68	66,99	10,93	114,31
EMPREGADORES	-43,14	18,14	93,75	30,15
PARC./ MEEIRO	40,66	-62,04	-	-
AUTONOMO	-2,07	-17,03	-0,33	-19,02
NÃO REMUNERADO	18,89	-24,05	-32,23	-60,42
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0
MULHER				
EMPREGADOS	-13,53	145,9	-24,97	59,07
EMPREGADORES	-56,9	39,33	91,87	1,23
PARC./ MEEIRO	88,78	-66,21	-	-
AUTONOMO	43,68	-20,62	5,67	20,54
NÃO REMUNERADO	-44,07	144,02	-47,01	-36,57
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) 1960, 1970, 1980 e 1991
 tab. 1.8

3.1.2.2 Rendimento Médio mensal¹⁷

Se a situação do trabalhador brasileiro já é precária, com elevada concentração nas faixas salariais inferiores, no caso da mulher trabalhadora isso é ainda mais grave por motivos que já tratamos no primeiro capítulo: praticamente metade das trabalhadoras brasileiras ganham menos de um salário mínimo e sua presença é marcante entre aqueles não têm nenhum rendimento.

Essa realidade pode ser confirmada através da situação das mulheres rurais paraibanas. De acordo com a tabela 13.1, as mulheres sem rendimento representavam simplesmente 49,7%, em 1980, ao passo que os homens representavam 21,6%. Mesmo

¹⁷ Considerou-se como Rendimento Médio Mensal o rendimento adquirido pela ocupação principal.

ocorrendo uma queda dessa representatividade, em 1991, tanto para os homens como para as mulheres, os índices de 11,4% e 30,6%, respectivamente, ainda são altos, especificamente, no caso das mulheres.

As mulheres com menos de um salário mínimo representavam 48,2% do total de trabalhadoras, em 1980, e passaram a representar 52,7%, em 1991. Em termos absolutos o número de trabalhadores com menos de um salário mínimo também caiu, com exceção das mulheres com 1/2 a 1 salário que cresceram 17,4% em 1991/80, que talvez tenha sido o fator determinante do aumento relativo (Tabela 13).

Houve sobretudo, durante o período, um crescimento considerável do número de mulheres com mais de um e até dois salários mínimos, o mesmo ocorrendo com os homens. Isso de alguma forma pode ser um "avanço", mas não elimina a realidade de que a maioria dos trabalhadores estão entre aqueles sem rendimento e aqueles que ganham até um salário mínimo, principalmente as mulheres, tida como a classe mais discriminada em termos salariais.

Esta discriminação é sustentada numa série de argumentos preconceituosos. Assim,

"O peso que assume o emprego rural na Paraíba, ao tempo em que reforça os indicadores do baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico do estado, em razão dos níveis de remuneração aí prevalentes, acentua a dimensão da pobreza da maior parte da população estadual" (MOREIRA & TARGINO, 1997: 261).

Embora tenha acontecido um aumento no nível salarial das mulheres entre 1980 e 1991, ainda é muito grande o índice de trabalhadoras do campo sem nenhum rendimento. Essa classe representa ainda (1991), relativamente, 30% do total de trabalhadoras (Tabela 13.1), seguida da classe de mulheres que ganham entre 1/4 a 1/2 salário.

Tabela 13
Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo rendimento
médio mensal (1980-1991)

RENDIMENTO MÉDIO	1980		1991		Variação 91/80	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
ATE 1/4	42.116	8.419	31.464	4.580	-25,29	-45,59
1/4 A 1/2	102.953	10.498	92.460	7.952	-10,19	-24,25
1/2 A 1	106.639	3.265	105.706	3.833	-0,87	17,4
1 A 1 1/2	18.724	361	24.875	638	32,85	7,73
1 1/2 A 2	5.364	100	5.375	154	0,2	54
2 A 3	4.225	103	5.807	88	37,44	-14,56
3 A 5	2.351	63	2.272	93	3,36	47,62
5 A 10	1.186	39	1.963	105	65,51	169,23
10 A 20	416	11	713	26	71,39	136,36
MAIS DE 20	161	0	388	0	140,99	0
SR	79.305	22.866	38.471	10.223	-51,49	-55,29
SD	3220	224	26.817	5.649	-732,82	2421
TOTAL	366.660	45.949	336.311	333.341	-8	-27,44

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e 1991, tab. 1.10

Tabela 13.1
Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba
por sexo, rendimento médio mensal (1980-1991)

RENDIMENTO MÉDIO	1980		1991	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
ATE 1/4	11,49	18,32	9,36	1,74
1/4 A 1/2	28,08	22,85	27,49	23,85
1/2 A 1	29,08	7,1	3,43	11,5
1 A 1 1/2	5,11	0,78	7,4	1,91
1 1/2 A 2	1,46	0,22	1,6	0,46
2 A 3	1,15	0,22	1,72	0,26
3 A 5	0,64	0,14	0,67	0,28
5 A 10	0,32	0,08	0,58	0,31
10 A 20	0,11	0,02	0,21	0,08
MAIS DE 20	0,04	0	0,11	0
SR	21,63	49,76	11,44	30,66
SD	0,88	0	7,97	1,94

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e 1991
tab. 1.10

3.1.2.3 Horas Trabalhadas¹⁸

Para termos uma idéia da carga de trabalho alcançada pelas mulheres rurais da Paraíba, observamos os dados da tabela 14 e 14.1. Estes nos dizem que as mulheres trabalharam entre 40 e 49hs, em sua grande maioria, mas essa representatividade aumentou no período 1991/80 em função da diminuição da importância no número de mulheres que trabalham entre 30 a 39hs. Ganham também importância os trabalhadores com menos de 30hs, todavia, o número de trabalhadoras com menos de 15hs semanais de trabalho cresceu 156,6% no período, ao passo que os trabalhadores neste grupo cresceram apenas 38,8%. O mesmo ocorreu com os trabalhadores que trabalham de 15 a 29hs que cresceu 94,7% e as trabalhadoras apenas 16,7%. O índice de trabalhadores (tanto homens como mulheres) que trabalham mais de 40hs caiu.

Resultado: apesar de ter crescido muito o número de mulheres que trabalha menos de 15 hs, a classe que assume maior importância relativa é a que trabalha mais de 40hs por semana. E isso só é possível para as mulheres trabalhadoras da agricultura devido a flexibilidade que elas têm para conciliar o seu trabalho no campo com os afazeres domésticos.

Portanto, o argumento de que as mulheres trabalham menos que os homens não se sustenta, pois, como percebemos, as horas trabalhadas nas atividades agropecuárias pelas mulheres na Paraíba são equivalentes as dos homens, principalmente se levarmos em consideração o papel reprodutivo da mulher, que condiciona todas as trabalhadoras à realização de uma dupla jornada de trabalho. Por isso não se sustenta a afirmação de que

¹⁸Registrou-se o número de horas trabalhadas semanalmente na ocupação principal. Quando a ocupação principal fosse exercida em mais de um setor de atividade ou em mais de um estabelecimento, negócio ou instituição, foi registrado o número de horas semanais trabalhadas em todos eles (IBGE, Censo Demográfico de 1991).

o rendimento médio das mulheres é inferior ao dos homens devido ao fato de que o número de horas semanais trabalhadas por elas é inferior, ou seja, as mulheres ganham menos porque trabalham menos.

Tabela 14

Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo horas trabalhadas (1980-1991)

HORAS TRABALHADAS	1980		1991		Variação 91/80	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
MENOS DE 15H	1.128	387	2.895	536	156,65	38,5
15 A 29H	14.212	6.474	27.684	7.560	94,79	16,77
30 A 39H	49.876	14.579	33.918	5.963	-31,99	-60
40 A 49H	294.483	22.683	271.814	19.282	-7,36	-14,99
49 A MAIS	0	0	0	0	0	0
SD	6.961	1.826	0	0	0	0
TOTAL	366.660	45.949	336.311	33.341	-8	-27,44

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e 1991, tab. 1.13

Tabela 14.1

Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo em termos relativos, segundo horas trabalhadas (1980-1991)

HORAS TRABALHADAS	1980		1991	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
MENOS DE 15H	0,3	0,84	0,86	1,6
15 A 29H	3,88	14,09	8,23	17,88
30 A 39H	13,6	31,73	10,08	22,67
40 A 49H	80,31	49,36	80,82	57,83
49 A MAIS	0	0	0	0
SD	0	3,97	0	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e 1991
tab. 1.13

3.1.2.4 Contribuição a Previdência¹⁹

A contribuição à previdência é um indicador colocado pelos censos que mostra o lado formal do trabalho, muito embora parte dos contribuintes estejam entre os autônomos que, permanecendo no setor informal, são contribuintes. Formalmente o número de contribuintes do setor primário paraibano, ocupados nas atividades agropecuárias, cresceu em torno de 500% para as mulheres e apenas 9,98% para os homens no período 1991/80. Isso se deve ao aumento da PEA assalariada/autônoma. (Tabelas 15 e 15.1)

Apesar disso, o índice de não-contribuintes ainda é muito alto. Em 1980, o índice de mulheres não-contribuintes era de 92,85%, passando para 94,49% em 1991. Isso, porém, pode estar relacionado à existência também de um grande número de trabalhadores assalariados sem carteira assinada, principalmente nas atividades agrícolas.

¹⁹ Para pessoas que exerceram uma ocupação no anterior a data do censo, foi investigado se eram contribuintes para o Instituto da Previdência e a dependência administrativa a que pertenciam considerando Instituto: Federal, Estadual ou Municipal (IBGE, Censo de 1980).

Tabela 15
Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo
contribuição à Previdência (1980-1991)

CONTRIBUIÇÃO	1980		1991		Variação 91/80	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
CONTRIBUINTES	20.179	243	22.193	1.460	9.98	500.82
NÃO CONTRIB.	327.497	41.895	310.629	31.507	5.15	24.79
SD	18.984	2.982	3.487	378	81.6	90.18
TOTAL	366.660	45.949	336.309	33.345	-8	-27,44

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e1991, tab.1.22

Tabela 15. 1
Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por
sexo, segundo contribuição à Previdência
(1980-1991)

CONTRIBUIÇÃO	1980		1991	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
CONTRIBUINTES	5.50	0.54	6.6	4.38
NÃO CONTRIB.	89.32	92,85	92.36	94.49
SD	5,18	6.61	1.07	1.13

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1980 e1991
tab. 1.22

3.2 Fatores Individuais

A participação da mulher no mercado de trabalho depende de uma série de fatores que ultrapassam aos fatores estruturais ligados à necessidade do mercado. A posição que ela ocupa na unidade familiar interfere de forma direta no seu ingresso no trabalho fora de casa. As variáveis individuais que condicionam essa participação da mulher no trabalho são: idade, estado conjugal, escolaridade, presença de filhos, etc.

Por isso a necessidade de relacionar aqui estas características individuais com trabalho, e assim obtermos o perfil da trabalhadora do campo paraibano e suas mudanças ao longo dos anos em estudo.

3.2.1 Idade

A realidade brasileira é que, a medida que se avança a idade, as taxas de participação feminina no trabalho tendem a declinar, por causa dos efeitos do casamento e da maternidade, mostrando que o trabalho feminino é mais afetado pelos atributos pessoais do que o masculino.

No campo, especificamente, o perfil etário é mais irregular porque a natureza do trabalho exige uma maior conciliação com as responsabilidades femininas. Isso leva a predominância da participação dos mais jovens, embora esses dados tenham oscilado bastante.

No caso do campo do estado da Paraíba, o fato curioso é que apesar da predominância das mulheres com até 29 anos no trabalho, observa-se (Tabela 16.2) um largo crescimento das mulheres ocupadas com mais de 40 anos. Nos anos sessenta, a faixa etária de 40 a 49 anos cresceu 18,5% e a de 50 a 59 anos, 20,3%. Nos anos oitenta,

porém, o crescimento foi ainda maior, de 43,7% e 53,9%, respectivamente. Mas foi significativo, também, o crescimento das mulheres trabalhadoras na faixa de 30 a 39 anos (54,4%) em 1980/70 que, embora tenha caído 24,4% em 1991/80, alcançou crescimento durante o período (27,5%). Enquanto isso, houve uma grande saída do campo das mulheres mais novas (43,6%) na faixa de 10 a 29 anos, evidenciando contudo a transferência destas para outros setores, principalmente o setor terciário que tem maior interesse nas mulheres mais novas. Foi diferente, portanto, com os homens, pois eles experimentaram queda em quase todas as faixas etárias no período, exceto na faixa de 70 anos e mais.

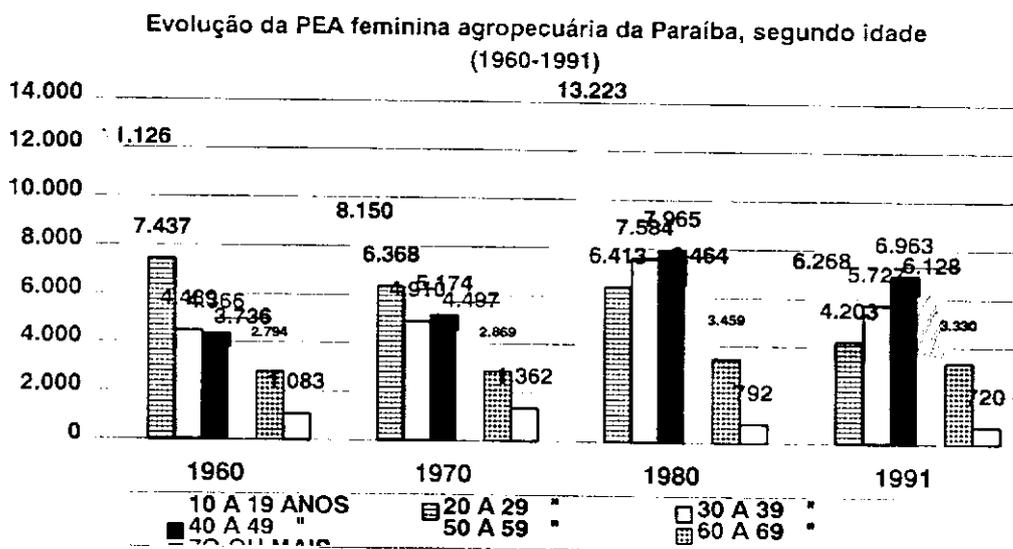
A conclusão mais importante que os dados confirmam é que na Paraíba no período analisado, as mulheres rurais mais velhas ficaram para o trabalho do campo a medida que as mulheres com mais de 40 anos assumem maior importância relativa mostrando todavia que o campo paraibano envelheceu no período, e que o processo de imigração expulsou do campo as mulheres mais novas. Esse fato pode ser explicado, também, pela imigração dos chefes de famílias, obrigando as esposas que ficaram a ingressarem no trabalho. Percebemos enfim, a saída dos homens de todas as idades e das mulheres mais novas bem como a permanência das mulheres mais velhas.

Tabela 16
Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo,
segundo idade (1960-1991)

IDADE	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
10 A 19 ANOS	96.522	104.303	105.578	78.853
20 A 29 "	90.122	88.543	70.718	74.904
30 A 39 "	70.412	2.230	58.204	52.641
40 A 49 "	60.039	5.084	48.628	48.050
50 A 59 "	40.310	47.005	43.987	38.612
60 A 69 "	27.632	29.131	29.401	29.348
70 OU MAIS	10.866	14.343	9.464	13.903
SEM DECLARAÇÃO	705	864	680	0
TOTAL	396.608	404.503	366.660	336.311
MULHER				
10 A 19 ANOS	11.126	8.150	13.223	6.268
20 A 29 "	7.437	6.368	6.413	4.203
30 A 39 "	4.489	4.910	7.584	5.727
40 A 49 "	4.366	5.174	7.965	6.963
50 A 59 "	3.736	4.497	6.464	6.128
60 A 69 "	2.794	2.869	3.459	3.330
70 OU MAIS	1.083	1.362	792	720
SEM DECLARAÇÃO	67	104	49	2
TOTAL	35.098	3.434	45.949	33.341

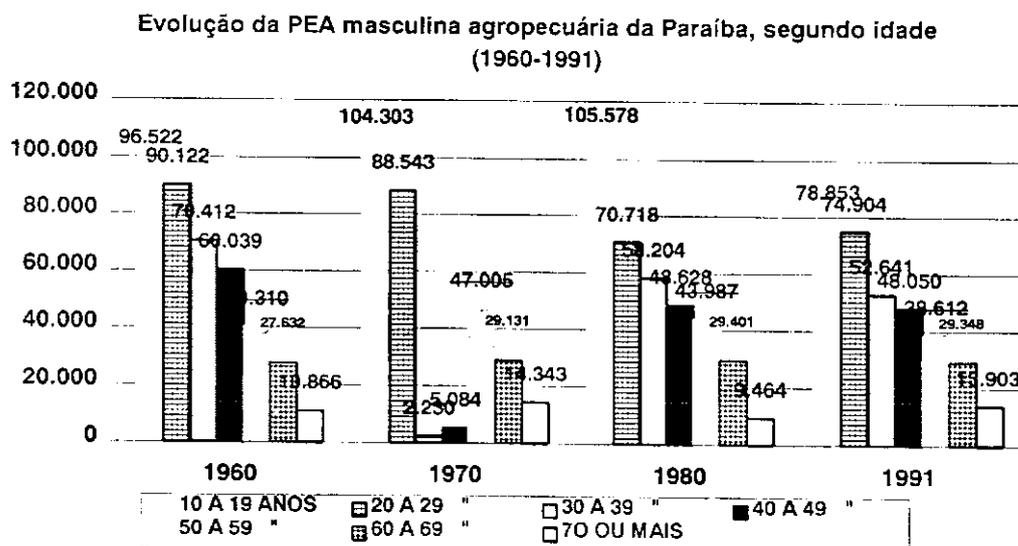
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991 - tab. 1.8

Gráfico 11



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 16.

Gráfico 11.1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 16.

Tabela 16.1
 Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba
 por sexo, segundo idade (1960-1991)

IDADE	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
10 A 19 ANOS	24.33	25.78	28.79	23.44
20 A 29 "	22.72	22.89	19.29	22.27
30 A 39 "	17.75	15.38	15.87	15.65
40 A 49 "	15.14	14.36	13.26	14.29
50 A 59 "	10.16	11.62	11.99	11.48
60 A 69 "	6.97	7.20	8.02	8.72
70 OU MAIS	2.74	3.54	2.58	41.73
SEM DECLARAÇÃO	0.17	0.21	0.18	0
MULHER				
10 A 19 ANOS	31.70	24.38	28.77	18.79
20 A 29 "	21.19	19.05	13.96	12.60
30 A 39 "	12.79	14.68	16.96	17.17
40 A 49 "	12.44	15.47	16.50	20.88
50 A 59 "	10.64	13.45	17.33	18.38
60 A 69 "	7.96	8.58	14.07	9.99
70 OU MAIS	3.08	4.07	7.53	2.16
SEM DECLARAÇÃO	0	0.31	1.72	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991, tab. 1.8

Tabela 16.2
 Variação da PEA agropecuária da Paraíba por sexo,
 segundo idade (1960-1991)

IDADE	1970/60	1980/70	1991/80	1991/60
HOMEM				
10 A 19 ANOS	8.06	1.22	-25	-18
20 A 29 "	-2	-20	6	-17
30 A 39 "	-12	-6	-10	-25
40 A 49 "	-3	-16	-1	-33
50 A 59 "	17	-6	-12	-4
60 A 69 "	5.42	0.93	0	6
70 OU MAIS	32	-34	46.9	27.95
SEM DECLARAÇÃO	22.55	21.3	0	0
MULHER				
10 A 19 ANOS	-27	62.24	-53	-44
20 A 29 "	-14	0.71	-34	-43
30 A 39 "	9.38	54.46	-24	27.58
40 A 49 "	18.5	53.94	-13	59.48
50 A 59 "	20.37	43.74	-5	64.02
60 A 69 "	3	20.56	3.73	19.18
70 OU MAIS	25.76	41.85	-9,09	-34
SEM DECLARAÇÃO	55.22	-53	-95,92	-97

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991 tab. 1.8

3.2.2 Escolaridade²⁰

É evidente que a participação das mulheres na força de trabalho aumenta a medida que aumenta o seu nível de escolaridade, diminuindo também as diferenças existentes entre os sexos. Porém,

"O fato da mulher mais instruída ingressar mais intensamente no mercado de trabalho não afeta porém, significativamente, o padrão de participação feminina, por ser relativamente reduzida o número de trabalhadoras com escolaridade superior"(MIRANDA apud BRUSCHINI, 1985: 72).

Além disso, isso não implica dizer que essa ascensão tenha eliminado a estratificação entre os sexos e vários tipos de discriminações. A educação apenas oferece às mulheres mais oportunidades de trabalho.

Se formos analisar o nível educacional nos diferentes setores de atividades, notaremos diferenças nas exigências educacionais de cada setor. As atividades agropecuárias, por exemplo, são as que absorvem a maior proporção de não-alfabetizados.

Os trabalhadores rurais da Paraíba são, em sua maioria, sem instrução, ou seja, não são alfabetizados. Mais de 75% dos homens rurais (das atividades agropecuárias) em 1960 e 82% das mulheres não tinham qualquer instrução. Esse percentual chegou a 66,3% para os homens e 62,3% para as mulheres em 1991(Tabela 17.1).

Mesmo sabendo que a grande maioria da população trabalhadora rural paraibana é sem instrução, é possível verificar, na região, avanços neste aspecto. O nível de

²⁰ A classificação de anos de estudo foi obtida em função da série e do grau mais elevado das pessoas que estavam frequentando ou haviam frequentado a escola. Consideraram 4 anos para as que frequentavam 1º grau do supletivo, 8 anos para as que frequentavam 2º grau do supletivo; 12 anos para as que frequentavam vestibular e 17 anos ou mais para os cursos de mestrado e doutorado. As pessoas que só declararam a série ou o grau foram consideradas no grupo de não determinados (IBGE, Censo de 1991).

escolaridade dos trabalhadores cresceu muito no período analisado, fazendo com que o índice de analfabetos diminuísse. O crescimento se deu em nível mais elevado entre as mulheres que conseguiram se escolarizar em maior número (Tabela 17). O número de mulheres na classe de 1 a 3 anos de estudo cresceu 86% (4.433) na década de setenta, enquanto a dos homens caiu 9% (6.722). Na década de oitenta, ocorre o contrário, há uma diminuição do número de mulheres nesta classe de 15%, ao passo que o número de homens cresceu 9,3%. Mas no período como um todo as mulheres da classe de 1 a 3 anos de estudo cresceram 44,1%, enquanto o número de homens nesta classe declinou 15,9% (Tabela 17.2).

Em contrapartida, podemos perceber a elevação na escolaridade das trabalhadoras rurais se levarmos em conta o significativo crescimento das demais classes de 4 a 7 anos; 8 a 10 anos e de 10 anos a mais de estudo, que ocorreu de forma bem superior a dos homens. A tabela 17.2 mostra que a classe que mais cresceu foi das mulheres de 8 a 10 anos de estudo em 1960 (81,8%) e a dos homens apenas 74,3%. Já em 1970, o crescimento maior ficou para a classe de 10 anos a mais com 1.400%; e, em 1980, de 253,8%. O crescimento, portanto, varia entre as classes de 8 a 10 e 10 anos a mais de estudo. Os dados mostram um resultado satisfatório em favor da mulher quando estas chegaram ao final do período com uma taxa de crescimento de 3.145% para a classe de 10 anos a mais de estudo, enquanto que os homens atingiram apenas 856,7%.

É notório que, apesar do aumento do nível de escolaridade das mulheres no período analisado, a predominância é de mulheres analfabetas nas atividades agropecuárias da Paraíba e, por sua vez, no meio rural. Vimos portanto, que o nível de instrução não chega a repercutir no trabalho das agricultoras, pois os empregos são tão poucos especializados que não exigem tanta qualificação.

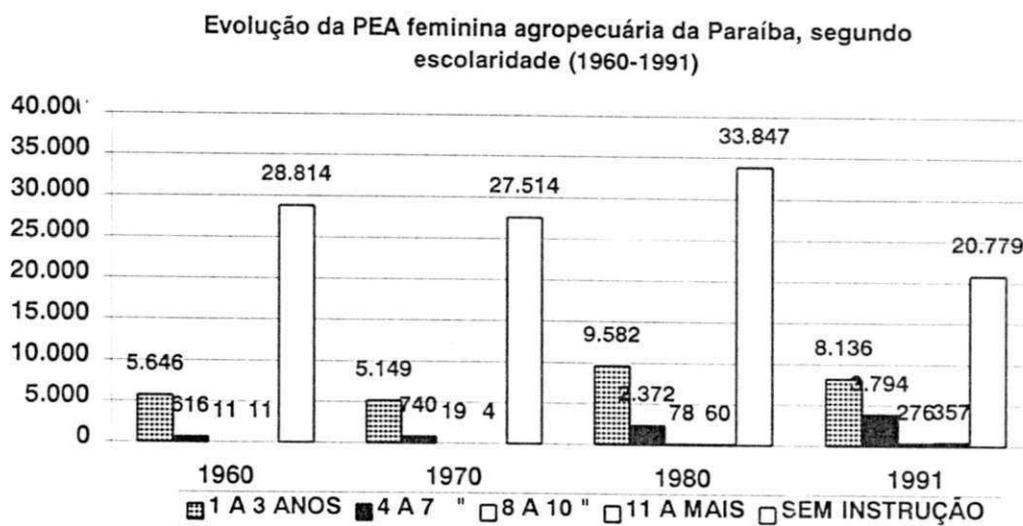
Em m, houve um aumento do nível de escolarização de ambos os sexos no campo, mas predominam ainda os trabalhadores analfabetos, ou seja, as trabalhadoras do campo paraibano são, na sua maioria, analfabetas.

Tabela 17
Evolução da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo escolaridade (1960-1991)

ANOS	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
1 A 3 ANOS	88.304	74.652	67.930	74.249
4 A 7 "	9.831	8.834	22.014	32.477
8 A 10 "	339	591	1.468	3.490
10 A MAIS	306	280	716	2.897
SEM INSTRUÇÃO	297.828	319.757	274.483	223.134
SEM DECLARAÇÃO	0	389	49	64
TOTAL	396.608	404.503	366.660	336.311
MULHER				
1 A 3 ANOS	5.646	5.149	9.582	8.136
4 A 7 "	616	740	2.372	3.794
8 A 10 "	11	19	78	276
10 A MAIS	11	4	60	357
SEM INSTRUÇÃO	28.814	27.514	33.847	20.779
SEM DECLARAÇÃO	0	8	10	0
TOTAL	35.098	33.434	45.949	33.342

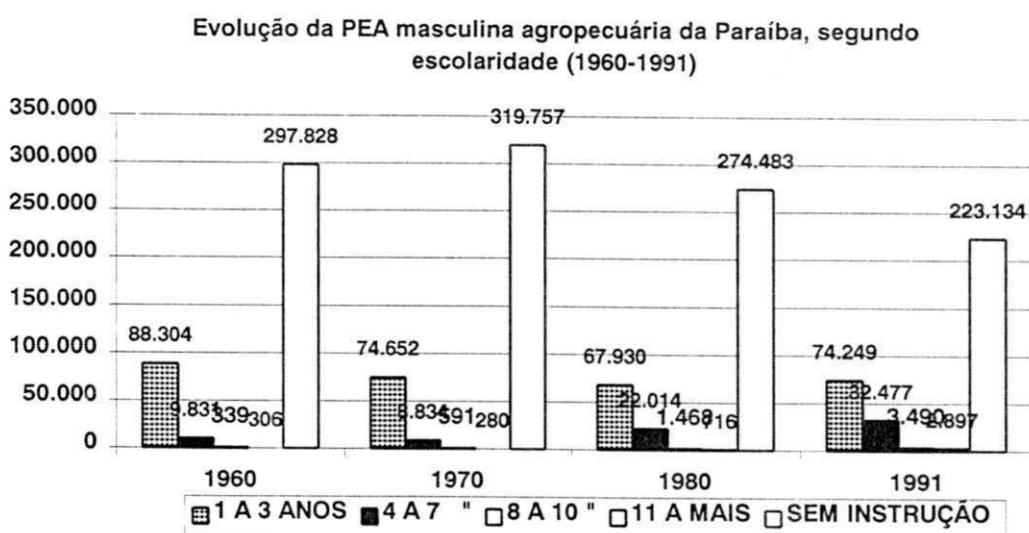
Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991 tab. 1.3

Gráfico 12



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 17.

Gráfico 12.1



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 17

Tabela 17.1
 Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba
 por sexo, segundo escolaridade (1960-1991)

ANOS	1960	1970	1980	1991
HOMEM				
1 A 3 ANOS	22.26	18.45	18.53	22.08
4 A 7 "	2.48	2.18	6	9.66
8 A 10 "	0.08	0.15	0.40	1.04
11 A MAIS	0	0.07	0.19	0.86
SEM INSTRUÇÃO	75.09	78.99	74.86	66.35
SEM DECLARAÇÃO	0	0.09	0.01	0.02
MULHER				
1 A 3 ANOS	16.08	15.40	20.85	24.40
4 A 7 "	1.75	2.21	5.16	11.38
8 A 10 "	0.03	0.06	0.17	0.83
10 A MAIS	0.03	0	0.13	1.07
SEM INSTRUÇÃO	82.09	82.29	73.66	62.32
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991 tab. 1.3

Tabela 17.2
 Variação da PEA agropecuária da Paraíba
 por sexo, segundo escolaridade (1960-1991)

ANOS	1970/60	1980/70	1991/80	1991/60
HOMEM				
1 A 3 ANOS	-15	-9	9,3	-15,92
4 A 7 "	-19	149,2	48	230,35
8 A 10 "	74	148,39	137,74	929,5
11 A MAIS	-8	155,71	305	846,73
SEM INSTRUÇÃO	7	-14,16	-18,71	-25,08
SEM DECLARAÇÃO	0	87,4	31	0
MULHER				
1 A 3 ANOS	-8,8	86,09	15,09	44,1
4 A 7 "	20,13	220,54	59,95	515,91
8 A 10 "	81,81	310,53	253,85	2409
11 A MAIS	-63,64	1400	495	3145
SEM INSTRUÇÃO	-4,51	23,02	-38,61	-27,88
SEM DECLARAÇÃO	0	25	0	0

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1960, 1970, 1980 e 1991 tab. 1.3

3.2.3 Estado Conjugal²¹

Infelizmente os censos de 1960 e 1991 também não fornecem dados que nos permitam observar a PEA no setor agropecuário da Paraíba, nem por estado conjugal nem por situação de domicílio. Para termos um ligeira idéia, nos limitaremos apenas aos anos de 1970 e 1980.

Em geral, de acordo com BRUSCNINI (1989), as taxas mais altas de atividades das mulheres encontram-se entre as mulheres separadas, pois elas não contam com o apoio financeiro de seus maridos; devendo, pois, arcar com a chefia de suas famílias. Em seguida, vêm as solteiras, que por serem jovens são preferidas pelos empregadores. Quanto às casadas, sua participação é mais baixa devido à discriminação existente no mercado de trabalho e também pelos obstáculos oferecidos pela família. Uma pesquisa realizada pela mesma autora acima citada, nos anos noventa, revelou um crescimento da participação de mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho. Isso pode ser atribuído, entre outros motivos, a uma pressão econômica.

No campo paraibano essa realidade muda. A participação das casadas é muito maior, sobretudo das que se dedicam às atividades agropecuárias baseadas na pequena produção familiar, ficando aquém apenas das solteiras. Em 1970, essas mulheres casadas representavam 14,19% do total de mulheres do setor agropecuário, passando para 32,28% em 1980. É importante salientar, que elas alcançaram um crescimento de 249% durante o período. As solteiras cresceram 58% no mesmo período, ganhando

²¹ Levou-se em consideração a condição de pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso ou de união consensual estável. De acordo com o critério adotado, as pessoas foram distribuídas nas seguintes classes: solteiras, casadas (incluindo as juntas de forma estável); separadas (sem desquite ou divórcio); desquitadas; divorciadas e viúvas (IBGE, Censo de 1980).

importância relativa. O grupo das viúvas e separadas caiu e perdeu importância relativa (Tabelas 18 e 18.1).

Se fizermos essa distribuição por sexo, fica evidente as diferenças entre homens e mulheres. A força de trabalho masculina é constituída predominantemente dos casados, com mais de 50%, seguido dos solteiros. Ocorre que, entre os anos 70 e 80, essa realidade variou de forma inversa a das mulheres, pois enquanto o número de casados caiu 5%, o número de solteiros cresceu 13%.

Verifica-se então, que a mulher casada foi impulsionada pela necessidade de complementar a renda familiar. Por outro lado, no caso das mulheres rurais, elas foram obrigadas a assumir as atividades do campo já que seus maridos migraram em busca de melhores condições de vida. Também existe nas unidades agrícolas uma capacidade de se incorporar o trabalho de mulheres da família, pois as mulheres casadas e com filhos podem conciliar melhor o trabalho produtivo com o trabalho de casa.

Além desses fatores, é relevante enfatizar a participação das mulheres *chefes de famílias*, pois mesmo não sendo possível, à luz dos Censos Demográficos, organizar dados a respeito, podemos deduzir que o aumento das famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno que, embora mais intenso nas zonas urbanas, apresenta-se de forma generalizada em todo o país, onde a pobreza é acentuada; seja porque as mulheres provém o sustento total da família, seja porque não têm companheiros, ou mesmo porque eles tiveram que se ausentar para trabalhar em outro lugar. O aumento do número de mulheres na PEA paraibana, especificamente aquelas ocupadas nas atividades agropecuárias, comprovaram essa hipótese.

Embora predomine ainda a participação das mulheres solteiras, houve o ingresso massivo das mulheres casadas nas atividades do campo. Ao passo que o número de homens casados caiu.

Tabela 18

Evolução e variação da PEA agropecuária da Paraíba por sexo,
segundo estado conjugal (1970-1980)*

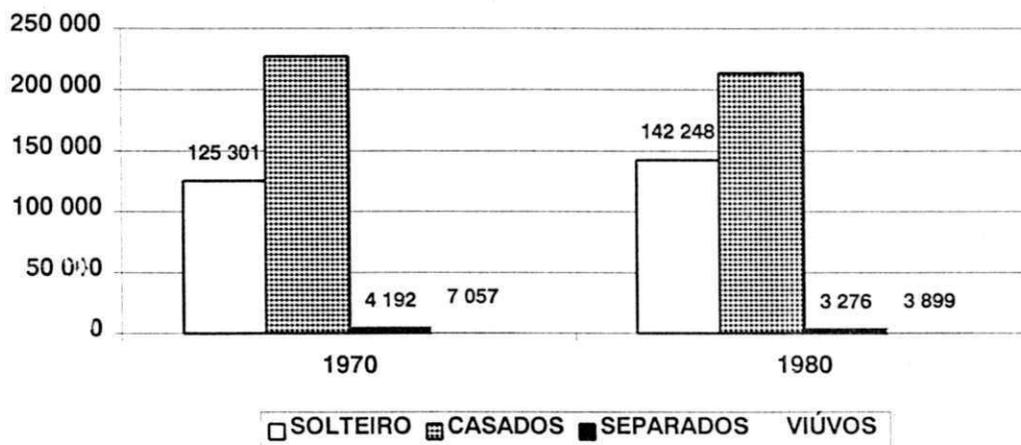
ESTADO CONJUGAL	1970	1980	Varição 80/70
HOMEM			
SOLTEIRO	125.301	142.248	14
CASADOS	226.845	213.583	-6
SEPARADOS	4.192	3.276	-22
VIÚVOS	7.057	3.899	-45
SD	165	3.654	2.115
TOTAL	363.560	366.660	0.85
MULHER			
SOLTEIRA	12.991	20.621	58.73
CASADAS	4.309	15.055	249.38
SEPARADAS	5.553	4.139	-25
VIÚVAS	7.474	4.267	-43
SD	26	1.867	7 080
TOTAL	30.353	45.949	51.38

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) de 1970 e 1980
tab. 1.3

* Aqui são consideradas apenas pessoas de 15 anos ou mais o que repercute nos números.

Gráfico 13

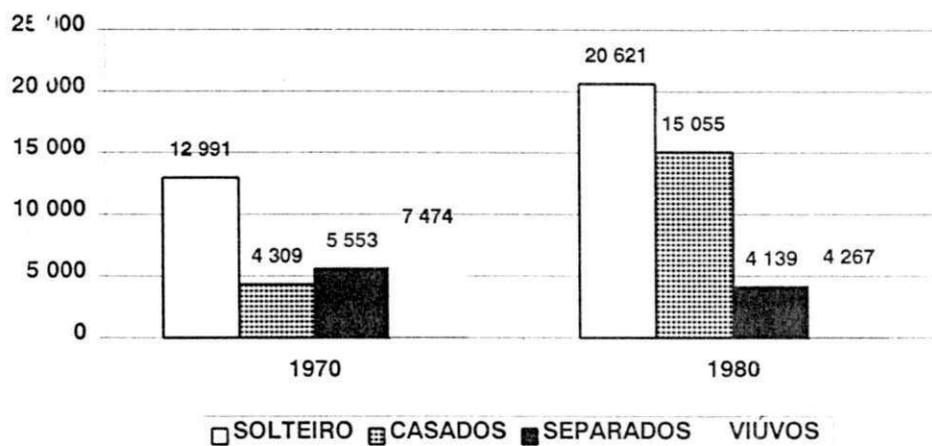
Evolução da PEA masculina na agropecuária da Paraíba, segundo estado
conjugal (1970-1980)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 18

Gráfico 13.1

Evolução da PEA feminina na agropecuária da Paraíba, segundo estado conjugal (1970-1980)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da tabela 18

Tabela 18.1

Distribuição relativa da PEA agropecuária da Paraíba por sexo, segundo estado conjugal (1970-1980)

ESTADO CONJUGAL	1970	1980
HOMEM		
SOLTEIRO	34.46	38.79
CASADOS	62.39	58.25
SEPARADOS	1.15	0.89
VIÚVOS	1.94	1.06
SD	0.04	0.99
MULHER		
SOLTEIRA	42.80	44.88
CASADAS	14.19	32.28
SEPARADAS	18.29	9
VIÚVAS	24.63	9,28
SD	0.08	4.06

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) e 1970, e 1980 tab. 1.3

3.2.4 Presença de Filhos

Na agricultura, o efeito da presença de filhos não constitui uma limitação ao trabalho da mulher, ao contrário, a presença de filhos pode até favorecer o trabalho, na medida em que muitas vezes os próprios filhos se encarregam dos cuidados com a casa. Na zona urbana, a presença de filhos restringe a participação feminina nas atividades produtivas, pois o tipo de atividade econômica não é favorável à conciliação do mesmo com a atividade doméstica.

A realidade das mulheres rurais paraibanas no período 1960-1980 demonstra, através dos dados da Tabela 19, que o número de mulheres com filhos nas atividades agropecuárias tem crescido bastante. Em 1960, o número de mulheres com filhos era de 13.404, passando para 17.032 em 1970 (cresceu 27%), e chegando a 24.767 em 1980 (cresceu 45%). O final do período, portanto, alcança um crescimento de 84,77%, demonstrando, assim, que a presença de filhos não tem sido realmente um obstáculo a participação das mulheres nas atividades agropecuárias, e por sua vez, na força de trabalho rural paraibana.

Tabela 19
Evolução do número de mulheres com filhos na
agropecuária da Paraíba (1960-1980)

ANOS	Mulheres com filhos	Variação		
		Anos	Va	%
1960	13.404	70/60	3.626	27,06
1970	17.032	80/70	7.735	45
1980	24.767	80/60	11.363	84,77

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos (mão-de-obra) 1960, 1970 e 1980.

3.3 Conclusão

Segundo a análise dos dados, por nós realizada, podemos destacar alguns resultados: o primeiro deles é que as mulheres residentes no meio rural paraibano no período analisado (1960-1991) têm se deslocado crescentemente para as atividades consideradas femininas, que são aquelas que fazem parte do setor terciário. Dentro deste, as atividades ligadas à prestação de serviços (que inclui a atividade doméstica remunerada) e ao ensino cresceram significativamente. Enquanto isso, as atividades agropecuárias, que são típicas da mulher rural, têm perdido importância para as mesmas, decrescendo tanto em termos relativos como absolutos, como reflexo do processo de modernização da agricultura.

Quanto à análise das condições de trabalho das mulheres agricultoras da Paraíba, os dados nos mostraram que as mulheres autônomas passaram a predominar com a queda das não remuneradas. Houve também um crescimento considerável das assalariadas.

Na questão salarial houve também "avanço", pois cresceu o número de mulheres com renda de mais de um salário mínimo, e decresceu o das sem rendimento ou que ganham menos de 1/2 salário mínimo. Entretanto, o que predomina no meio rural da Paraíba são as mulheres com menos de um salário mínimo e aquelas que não têm rendimento, mostrando, assim, a persistência da discriminação salarial sobre a mulher. Isso não ocorre pelo fato da mulher trabalhar menos, pois os dados mostraram que as mulheres dedicadas a atividades agropecuárias trabalham um número de horas equivalente ao dos homens. A maioria delas trabalha entre 30 e 49 horas semanais,

embora tenha diminuído esse contingente e aumentado o das que trabalham menos tempo por semana.

A participação da mulher rural paraibana no mercado de trabalho, quando levados em conta fatores individuais como: idade, escolaridade, estado civil e presença de filhos, tem demonstrado algumas especificidades. Nas atividades agropecuárias, tem sido marcante a presença crescente de mulheres mais velhas, ou com mais de 40 anos, diminuindo as mais jovens. Também predominam as não alfabetizadas, embora tenha crescido muito o índice de alfabetização. Quanto ao estado conjugal, cresceu muito o número de trabalhadoras casadas, embora as trabalhadoras solteiras sejam maioria. Os filhos não atrapalham a presença das mulheres nas atividades já que o número de mulheres com filhos cresceu nas atividades agropecuárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando os problemas inerentes ao conceito de trabalho adotado pelas fontes estatísticas, que subestimam o volume real das atividades das mulheres indispensáveis à produção social, foi possível constatar um crescimento significativo da participação da mulher na força de trabalho brasileira tanto no meio urbano como rural, principalmente a partir da década de sessenta, quando o país apresenta fortes mudanças econômicas e sociais. Isso nos leva a crer que esse crescimento teria alcançado um volume muito maior, caso inexistisse a impropriedade no uso dos conceitos de atividade e inatividade usados pelos Censos Demográficos, no período da análise. Porém, já se discute sobre as mudanças nestes conceitos na década de noventa.

Esse processo de mudança se torna ainda mais relevante quando se refere ao trabalho das mulheres rurais ocupadas nas atividades agrícolas, pois este é ainda mais subestimado, face ao caráter de "ajuda" que assume, devido ao fato de não existir uma separação nítida entre o espaço doméstico e o espaço onde é realizada a atividade agrícola: um acaba sendo visto como extensão do outro.

As mudanças referentes à força de trabalho no meio rural ocorreram, mesmo na região Nordeste, onde o impacto da ruralidade ainda é muito forte. Elas aconteceram e estão pautadas, basicamente, na transferência das mulheres das atividades agropecuárias para outras atividades (principalmente àquelas do setor terciário).

A mobilidade populacional ocorrida no período foi muito importante nesse processo, pois através da migração campo-cidade, como um fenômeno basicamente feminino, população rural, que no início era majoritariamente feminina, passou, em 1991, a ser masculina.

Os dados nos revelam ainda um crescimento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro de forma mais intensa que a masculina. Esse crescimento, na Paraíba, foi significativo tanto para o meio urbano como para o meio rural, embora neste último tenha alcançado um índice inferior. Essa afirmação pode ser comprovada, através dos dados analisados, tanto pelo crescimento da participação feminina na PEA, como nas taxas de atividade. Contudo, a abertura de novas oportunidades de emprego para a mulher rural paraibana e a acomodação das mesmas em setores em que, até um certo tempo, elas não participavam, sugerem que há outras explicações para o incremento do contingente de trabalhadoras que não só a necessidade de renda ou necessidade econômica.

O trabalho feminino no setor terciário paraibano é o que mais cresceu no período, e, nos anos oitenta e noventa, esse setor passou a gerar mais ocupações que o setor agrícola. Os homens, ao contrário, seguem ampliando as ocupações agrícolas. No terciário, as mulheres se ocupam mais do ENSINO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e ADMINISTRAÇÃO. Isso demonstra a grande responsabilidade do Estado e seu aparelho na criação de empregos rurais não agrícolas.

Decresceu, portanto, a participação da mulher paraibana, na força de trabalho da agricultura (setor primário), perdendo importância relativa para outros setores, passando da primeira para segunda maior fonte de participação feminina do estado. É importante observar que essa diminuição das mulheres rurais na agricultura é praticamente igual ao aumento das mulheres urbanas nesta mesma atividade.

Por outro lado, não se pode negar a importância da agricultura como fonte de emprego feminino e as importantes modificações acontecidas neste setor no período que nos referimos. Essas modificações resultaram na expansão do trabalho assalariado das mulheres com conseqüente proletarização, e também no aumento das autônomas.

Percebemos que as mudanças enfrentadas pelo país nos dois momentos (de expansão econômica e de aguda crise) afetaram sobremaneira a mulher (urbana e rural), principalmente no que se refere a sua inserção no mercado de trabalho. Podemos considerar que a ampliação do contingente de trabalhadoras foi uma das mudanças mais importantes ocorridas no país.

Esse diagnóstico, ora apresentado, é confirmado pela realidade paraibana no período 1960-1991, que englobou as duas décadas de importantes mudanças na conjuntura econômica do país (1970 e 1980). Houve de fato uma mudança demográfica que significou grande aumento da população do estado, mais masculina do que feminina, o que levou à queda da população rural, revelando um processo migratório. Ou seja, uma transferência das mulheres do meio rural para o urbano como estratégia de sobrevivência, em virtude do agravamento do quadro econômico.

Vimos que a agricultura paraibana denota um perfil com características muito específica em determinados aspectos. Há um predomínio, por exemplo, de mulheres não alfabetizadas (já que as atividades não exigem tanta instrução) mesmo considerando o crescimento do grupo de mulheres com 7 anos de estudo e a queda das sem instrução.

Além disso, o novo contingente de trabalhadoras do campo é agora (1991) composto por mulheres mais velhas (e nos parece que as mais novas é que migraram) e casadas. Apesar de predominarem as solteiras, houve um ingresso acentuado das mulheres casadas (e com filhos) no mercado de trabalho, isso porque as mulheres, sem dúvida, evoluíram em termos de comportamento, de informação, mudando a visão do seu papel na sociedade. A expansão da escolaridade pode ser encarada como um dos motivos para essa nova realidade, principalmente, como um motivador para levar as mulheres ao trabalho.

É certo que o aumento das mulheres mais velhas e casadas no campo paraibano reflete principalmente uma consequência do êxodo rural, que expulsou os seus companheiros, forçando-as a assumirem o comando da exploração. Isso foi comprovado com o grande crescimento das mulheres autônomas ou de mulheres chefes de família.

Quanto às condições de trabalho, outra realidade imperante no campo brasileiro, e por sua vez, no paraibano, é a predominância de mulheres não remuneradas. Mas esta classe, felizmente, sofreu diminuição junto as que ganham até 1/2 salário mínimo, crescendo por outro lado, o grupo de assalariada com salários acima de 1/2.

Apesar de avanços significativos com relação ao trabalho da mulher, especificamente, a do meio rural (em 1960-1991), a grande maioria ainda está localizada nas ocupações de menor prestígio social e, geralmente, recebendo salário inferior ao dos homens; mesmo com o pequeno avanço neste sentido, tendo também, um menor acesso às garantias trabalhistas. As mulheres trabalham, na sua maioria, entre 30 e 49 horas semanais embora tenha se verificado, no período estudado, uma tendência de diminuição dessa jornada.

Mas a ela ainda está reservado a dupla jornada de trabalho, pois, se elas trabalham um número de horas equivalente a dos homens fora de casa, exercem ainda as

atividades no próprio domicílio, acarretando, portanto, uma sobrecarga física e mental. Isso mostra que não há uma relação simples e direta entre a incorporação da mulher no mercado de trabalho e sua emancipação, se levarmos em consideração que existe uma discriminação em termos de salários e uma persistência à dupla jornada de trabalho.

Os avanços na questão do trabalho feminino na década de noventa refletem as discussões levantadas sobre Gênero pelos especialistas das ciências sociais a partir da década de setenta. O levantamento de vários questionamentos tem repercutido na forma de captação dos dados pelas fontes estatísticas, contribuindo para um aumento na participação feminina no mercado de trabalho ainda mais significativo. Neste sentido, não podemos desprezar a contribuição das próprias mulheres na medida em que vêm se conscientizando cada vez mais do seu papel na sociedade e denunciando discriminações através de sua participação nos movimentos sociais.

Esse trabalho, portanto, abre caminhos para futuras e novas pesquisas sobre o assunto, principalmente no que se refere ao volume da participação feminina na força de trabalho, seja urbana ou rural, na década de noventa, considerando o conceito de trabalho e sua ampliação.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A Ordem do Progresso: cem anos de política e economia republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1991, 445p.
- AZIZ, Carla. **A mulher rural e o trabalho na agricultura familiar: um estudo de caso**. Ops. Salvador, v.2 n.5 Verão, 1997. p. 20-23
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico (Estado e pesquisa agropecuária no Brasil)** Polis, CNPq, Brasília, 1986.
- BRUMER, Anita. **O sexo da ocupação: Considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). N. 8 vol. 3 out. de 1998. p. 20-37
- _____, **Mulher e Desenvolvimento Rural** In: PRESUELOV, Cléo & ALMEIDA, Francisca R. & ALMEIDA, J. Anécio. **Mulher, Família e Desenvolvimento rural**. UFSM, 1996. p. 40 - 58
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher e Trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo, NOBEL / Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. 147p.
- _____. **Crescimento e Crise: trabalho das brasileiras, paulistas e nordestinas (1970 - 1985)**. São Paulo, Ciência e Cultura, vol. 42 n. 3/4, març/abr. 1990. p. 226-247
- _____. **Tendência da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais**. TEXTO FCC 1. São Paulo. FCC/DPE, 1989. 109p.
- _____. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidade e mudanças no período 1985 - 1995**. Série TEXTOS FCC 17. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1998. 8p.
- _____ & ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 203p.

BRUSCNINI, M. Cristina Aranha. **O uso de abordagens quantitativas em pesquisa sobre relações de gênero** In: BRUSCHINI, M. C. A. & COSTA, Albertina de Oliveira (org.). **Uma questão de gênero**, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 289 - 305.

_____. **O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes** In: ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Rio de Janeiro. Set/1993. p. 507-529

_____. **Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade**. In: ABRANO, Laís., ABREU, Alice R. de Paiva (org.). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino Americana**. Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, ALAST, Série II. 1998. p. 277-294

_____. **Notas metodológicas: fontes de dados e conceitos, algumas considerações** In: Banco de dados sobre o trabalho das mulheres, www.fcc.org.br/pesquisa/rgenero/index.html.

CORDINI, Mabel. **A participação da mulher rural na pequena produção e a política agrícola** In: SPINDEL, Jaquette & CORDINI, M. (org.). **A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudos sobre a América Latina**, IICA, 1984. p.153-158

CUT. **Mulheres trabalhadoras rurais: participação e luta sindical** . Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural/ DNTR/CUT. 1991. 58p.

DUARTE, Emeide Nóbrega., BRITO NEVES, Dulce Amélia de., SANTOS, Bernadete de Lourdes Oliveira dos. **Manual técnico para realização de trabalhos monográficos**. 3ª edição. João Pessoa: Editora Universitária. 1998. 80p.

FISCHER, Izaura & ALBUQUERQUE, Lígia. **O assalariamento da força de trabalho feminina rural**, Cadernos do CEAS, Salvador. Març/abr. n. 162. 1996. p. 56-65

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Paz e Terra. 1979. 184p.

MOREIRA, Emilia & TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** Editora Universitária, João Pessoa, 1997. 332p.

OLIVEIRA, Tânia Régia de . **A atuação das mulheres nos distintos espaços sociais: um estudo sobre gênero.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural. UFPB - CAMI US II).Campina Grande - PB, 1996. 140p.

OLIVEIRA, Dalva Felipe de. **MULHER, TRABALHO E VIDA NO CAMPO: um estudo junto as mulheres da comunidade rural do Ligeiro Cariri Paraibano.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural. UFPB - CAMPUS II). Campina Grande - PB, 1996. 126p.

PACHECO, Maria Emília L. **Sistemas de Produção: uma perspectiva de gênero** In: Revista PROPOSTA n. 71 fevereiro, 1997. p. 30 -38

PAULILO, Maria Ignez S. **O PESO DO TRABALHO LEVE** In: Ciência Hoje, vol.5, n. 28 jan/fev 1997. p. 64 -70

RAMALHO, Deolinda de Souza. **Seca, Migração e Moradia: onde fica a mulher? Invisível?** In: Revista Raízes, anos XV, n. 13, setembro, 1996. p. 31-49

SAFFIOTI, Heleieth Iara b. **Emprego Doméstico e Capitalismo.** Petrópolis: Ed. VOZES LTDA. Rio de Janeiro, 1978. 241p.

SANTANA CRUZ, Maria Helena. **Trabalho e Gênero: algumas perspectivas de análise** In: Universidade e Sociedade. Sindicato ANDES Nacional, Ano VI, n. 11/junho 1996, p. 167 -173

SILIPRANDI, Emma & SCHULER, Marisol & NOBRE, Miriam. **Relatório da Oficina Relações de Gênero na Agricultura.** SOF (Sempre Viva Organização Feminina) e RECOPA (Rede de Comercialização de Pequenos Associados), São Paulo 1997. p. 1 - 21

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** In: Nova Economia, Revista do departamento de Ciências Econômicas da UFMG, vol. 7, n. 1, maio/1997.p. 43-81

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoas. **Mulher e trabalho no Nordeste nas Estatísticas oficiais (1970 -1985)**, Recife, Fundação Carlos Chagas - UFPE, 1988. 58p.

SUÁREZ, Mireya & LIBARDONI, Marlene. **Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: uma perspectiva de Gênero**, Brasília. IICA, escritório no Brasil, 1992. 171p.

& CARVALHO, Helena M. de & TEIXEIRA, Zuleide Araújo (org.). **Perspectiva de Gênero na Produção Rural**. IPEA - Estudos de Política Agrícola n. 22 junho 1994. 85p.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo (org.). **Perspectiva de Gênero na Produção Rural**. IPEA - Estudos de Política Agrícola, n. 22, junho, 1994. 85p.

ZYLBERSTAJN, Hélio & PABOTTO, Carmem Silvia & PASTORE, José. **A mulher e o menor na força de trabalho**. Coleção Estudos econômicos e sociais. São Paulo: NOBEL, Ministério do Trabalho, Brasília, 1985. 168p.